

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO**  
**Curso de Serviço Social**

**Wagner Oliveira Lima**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ARGUMENTOS DE ALUNOS DO CURSO  
DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO.**

**São Paulo**  
**2015**

**Wagner Oliveira Lima**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ARGUMENTOS DE ALUNOS DO CURSO  
DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO.**

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro – UNISA sob orientação do Prof<sup>o</sup>. Me. Emanuel Jones Xavier Freitas

**São Paulo**

**2015**

**Wagner Oliveira Lima**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ARGUMENTOS DE ALUNOS DO CURSO  
DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em 2015 do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Banca Examinadora

Profº. Me. Emanuel Jones Xavier Freitas (Orientador)

Universidade de Santo Amaro – UNISA

Profª. Vera Cristina de Souza (Leitora)

Universidade de Santo Amaro – UNISA

Dedico este trabalho a todas as colegas de curso, ao corpo docente dessa instituição em especial a Professora Marlene Ataíde de Andrade por fornecer a inspiração fundamental para essa empreitada, pelos anos de trabalho dedicados ao Serviço Social e pelo seu exemplo de competência e de luta no direcionamento dos seus alunos para criação de uma sociedade mais justa.

Agradeço a Deus, todos os familiares, amigos e profissionais, que de forma direta ou indiretamente, durante esses quatro anos de formação, contribuíram para a realização desse sonho.

## **Monologo ao pé do ouvido.**

Modernizar o passado  
É uma evolução musical  
Cadê as notas que estavam aqui  
Não preciso delas!  
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos  
O medo dá origem ao mal  
O homem coletivo sente a necessidade de lutar  
o orgulho, a arrogância, a glória  
Enche a imaginação de domínio  
São demônios, os que destroem o poder bravo da humanidade  
Viva Zapata!  
Viva Sandino!  
Viva Zumbi!  
Antônio Conselheiro!  
Todos os panteras negras  
Lampião, sua imagem e semelhança  
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia.

**Chico Science**

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como finalidade desenvolver uma pesquisa para entrevistar alunas (os) do curso de Serviço Social a distância, localizado no Campus III da Universidade de Santo Amaro, para compreender esse tipo de escolha, bem como os impactos do curso nas suas vidas intelectuais e profissionais durante a formação.

A pesquisa será construída a partir da abordagem qualitativa à luz de autores que compartilham esse tipo de procedimento metodológico.

Palavras chave: Educação a Distância, Serviço Social, Tecnologias de Informação e Comunicação.

## **ABSTRACT**

This project aims to develop a survey to interview students (the) course of Social Work distance of the University of Santo Amaro, to understand this kind of choice as well as the course impacts on their intellectual and professional lives during formation.

The research will be built from the qualitative approach in the light of authors who share this kind of methodological procedure.

**Keywords:** Distance Education, Social Services, Information and Communication Technologies.

## Lista de tabelas

Tabela 1 Distribuição de instituições por Estado .....	46
Tabela 2 Distribuição de cursos por Estado .....	49

## Lista de quadros

<b>Figura 1 Normas para regularização de instituições. Período 2001-2010 .....</b>	<b>44</b>
<b>Figura 2 Normas para alfabetização de jovens e adultos. Período 2001-2010 .....</b>	<b>45</b>

## Lista de abreviaturas e siglas

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social

ARPA - Agencia de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEP – Centro de Pesquisa Pessoal

CES - Câmara de Ensino Superior

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CPU – Central Única de Processamento

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

EAD – Educação a Distância

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

MEC – Ministério da Educação

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PUC – Pontifica Universidade Católica

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TV – Televisor

UA – Universidade Aberta

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNISA – Universidade de Santo Amaro

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USA – Estados Unidos da América

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CAPÍTULO I – O CENÁRIO DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM NÍVEL SUPERIOR .....	16
1.1 O surgimento das tecnologias de informação e comunicação.....	16
1.2 A introdução das tecnologias de Informação e comunicação na educação formal a distância no cenário mundial.....	20
1.3 As tecnologias de comunicação e informação no cenário brasileiro da educação superior a distância. ....	26
1.4 Conceitos e perspectivas da educação superior a distância no Brasil.....	31
1.5 Mercantilização do ensino.....	36
2 CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS INCURSÕES NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL .....	39
2.1 O processo de legitimação da educação a distância no contexto da formação profissional em Serviço Social .....	39
2.2 O cenário das instituições de ensino brasileiras que oferecem a formação em Serviço Social a distância.....	43
2.3 Os impactos da formação a distância na categoria profissional. ....	48
3 CAPÍTULO III – O QUE DETERMINA A ESCOLHA PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SERVIÇO SOCIAL?.....	53
3.1 Metodologia de pesquisa .....	53
3.2 Abordagem paradigmática .....	56
3.3 Estratégias de pesquisa.....	56
3.4 Apresentação do campo e sujeitos de pesquisa .....	58
3.5 Construção dos dados em campo.....	58
3.1.1 Análise e interpretação dos dados construídos .....	59
4 CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	60
4.1 Perfil geral dos(as) entrevistados .....	61
4.2 Relações de trabalho .....	65
4.3 Militância Política .....	68
4.4 Formação escolar .....	69
4.5 Argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.....	70
4.1.1 Descrição da questão aberta .....	74
CONCLUSÃO .....	75

BIBLIOGRAFIA.....	77
-------------------	----

## INTRODUÇÃO

Na última década, mais precisamente após os anos 2000, a liberdade de expressão e o direito de acesso a mídia-educação tem ocupado pauta importante de discussões entre os principais órgãos governamentais e não governamentais no mundo. Com o avanço das tecnologias de informação, a democratização da educação por meio da educação a distância (EaD), tem se tornado pauta importante para os administradores em diversas nações.

Nos países capitalistas centrais a EaD tem ocupado um amplo espaço de aprendizagem, com cursos ofertados pelas mais renomadas instituições de ensino, principalmente em nível superior. Nos países capitalistas periféricos essa modalidade de educação a distância, vem sendo difundida como possibilidade de expansão do acesso de pessoas com baixa renda a educação em níveis técnico e superior, bem como da mercantilização do ensino.

No Brasil, a EaD, foi inspirada pela Constituição Federal (CF) de 1988, inciso II do artigo 206 que estabelece o princípio brasileiro de que, aqui se tem “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Aproximadamente dez anos depois da promulgação da CF de 1988, os legisladores brasileiros vão se inspirar nesse princípio para propor a educação na modalidade a distância.

A normatização da educação em todo o território nacional se apresenta pela Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e decretos subsequentes, dentre eles o de nº 2494/98 que define em seu art. 2º:

Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão de ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação, serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)).

É também no ano de 1998 que a Câmara de Ensino Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer nº 908/98, com o objetivo de deixar claras as condições em que os certificados emitidos pelas instituições formadoras poderiam ter validade.

Sobre a modalidade de educação a distância, Zaniboni at. all, afirmam que:

[...] o primeiro avanço tecnológico para o crescimento do ensino a distância foi proporcionado pela máquina de impressão inventada por volta de 1450, por Johann Gutenberg. A partir de então, a palavra passou a ser reproduzida em larga escala. No final do século XVIII, com o desenvolvimento do serviço postal na Europa, surgiram as primeiras experiências de educação por correspondência. Até meados do século XX, esta era a única forma conhecida de EaD (ZANIBONI, 2015).

No Brasil as primeiras experiências de EaD datam da década de 1920 através de material impresso, posteriormente a partir da década de 1960 até aproximadamente 1990, a EaD passa a ter como aliado, o rádio, a televisão e o computador.

Segundo (FARIA, 2010) embora os primeiros registros legais para a EaD datem da década de 1920, até a primeira metade da década 1990 a EaD era utilizada principalmente para cursos livres por correspondência. A expansão da EaD no Brasil começa seu processo de plena evolução a partir de 1996 quando a modalidade é legitimada para o ensino superior.

Atualmente, as novas tecnologias de Informação e comunicação (TICs), especialmente em sua versão digital, ampliaram ainda mais o alcance e as possibilidades da EaD que vem se desenvolvendo em ritmo acelerado na maioria dos países do mundo e na medida em que progredem os seus contornos vão se desenhando de acordo com a multiplicidade de propósitos que assume na sua trajetória, modificando-se continuamente em função das demandas sociais e da incorporação das novas tecnologias, com repercussões de ordem qualitativa da maior relevância.

Na busca de subsídios que tragam informações de maior entendimento ao assunto, o presente estudo terá como sujeitos de pesquisa alunos regularmente matriculados e frequentando as aulas do curso de Serviço Social na modalidade EaD da Universidade de Santo Amaro (UNISA).

Para se obter uma visão geral da realidade vivenciada por esses alunos a pesquisa será abordada sobre cinco indicadores:

Indicador 1 - indicadores do perfil geral dos(as) alunos(as) entrevistados, são: Gênero, faixa etária, cor, estado civil, filhos(as), quantidade de filhos(as), idade dos filhos(as), principal responsável financeiro pela família.

Indicador 2 - Indicadores de relações de trabalho dos(as) alunos(as) entrevistados, são: Renda mensal individual, renda mensal familiar, atividade profissional, tipo de instituição de trabalho, carga horária de trabalho.

Indicador 3 - Indicador de participação política dos(as) alunos(as) entrevistados: Participação em militância social por meio de partidos políticos ou movimentos sociais.

Indicador 4 - Indicadores de formação escolar dos(as) alunos(as) entrevistados, são: Natureza da instituição na qual os entrevistados cursaram o ensino fundamental, Natureza da instituição na qual os entrevistados cursaram o ensino médio, Trimestre atual dos entrevistados.

Indicador 5 - Indicadores de argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, são: Motivos de escolha dos entrevistados pela modalidade EaD, vantagens encontradas pelos entrevistados ao cursar a modalidade EaD, dificuldades encontradas pelos entrevistados ao cursar a modalidade EaD, distância entre a residência dos entrevistados e o pólo de estudo, Municípios dos entrevistados de residência:

É na perspectiva da educação a distância que se pretende desenvolver o presente estudo.

## 1 CAPÍTULO I – O CENÁRIO DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM NÍVEL SUPERIOR

### 1.1 O surgimento das tecnologias de informação e comunicação

Como "tecnologias de informação e comunicação" (TICs), podem ser considerados, a mídia em geral, televisão e suas variantes (videocassete, antena aberta ou por assinatura), jogos de vídeo e de computador, máquinas fotográficas e filmadoras, telefones, celulares e redes telemáticas.

Antônio Hohlfeldt (2003) explica que existem várias formas de comunicação, para posteriormente definir a comunicação de massa. A primeira delas é a intracomunicação, explicada pela Psicologia. Naquela, a pessoa conversa com si mesma; a comunicação interpessoal é ocasionada por um diálogo entre duas pessoas; a grupal dá-se quando há interação entre mais de duas pessoas (por exemplo, no caso de uma palestra ou coletiva de imprensa) e a comunicação de massa, que é dada pelos veículos de comunicação de massa. (TELLAROLI e ALBINO, 2015, p. 7).

Atualmente a internet é apresentada como a principal ferramenta do processo tecnológico informacional, pois engloba todos os aspectos das tecnologias anteriores a ela, também por seu amplo poder de alcance a conteúdos globais, em tempo real, em todos os lugares e, pelo crescente desenvolvimento de aparelhos eletrônicos e interfaces que lhe dão suporte.

Vivemos em uma sociedade que se transforma a cada dia devido ao advento das novas Tecnologias da Informação na Comunicação (TIC's). A convergência dos sistemas de comunicação, tecnologias da informação e crescimento das redes integradas tornam-se responsáveis pela transição de uma sociedade antes voltada à indústria, para uma sociedade agora baseada na informação. Quando falamos em "mídia de massa" nos referimos principalmente ao rádio, à televisão e a internet. (TELLAROLI e ALBINO, 2015, p. 1).

Segundo Castells (2000, p. 82), a criação da internet tem como características da sua evolução três aspectos inter-relacionados: "A estratégia militar, a cooperação científica à iniciativa tecnológica e a inovação da contra cultura".

O advento da internet, uma ferramenta capaz de conduzir dados por todo o planeta, tem suas origens nas aplicações militares da Agência de Projetos e Pesquisa Aplicados do Departamento de Defesa Americano (ARPA), o que caracteriza seu alinhamento às regulamentações e aparatos legais do Estado americano. Também

“nas Universidades americanas os cientistas passaram a utilizar o sistema para sua própria comunicação”, e assim aperfeiçoar suas linhas de pesquisa agregando novas tecnologias de informação (CASTELLS, 2000, p. 83).

A internet como veículo de comunicação. Em 1969 entrava em funcionamento a primeira rede de computadores nos Estados Unidos, chamada ARPANET. Após 19 anos de operações, foi substituída pela NSFNET, operada pela National Science Foundation assumindo o posto de espinha dorsal da Internet, mas, em 1995, foi encerrada indicando a privatização da Internet. “Até o fim dos anos 80, a Internet era um obscuro brinquedo tecnológico usado basicamente por pequenos grupos de fanáticos por computador” (FERREIRA e BITTAR, 2008, p. 24).

O desenvolvimento das atuais redes e tecnologias de informação, também está associado às comunidades da contracultura americana que utilizavam as redes de comunicação nas Universidades e nos campus para trocar informações, “pirataria” eletrônica e para organização e mobilizações nos anos de 1960.

[...] O decorrer da década de 1960, nos Estados Unidos, as universidades passaram a discutir a respeito das necessidades práticas da sociedade norte-americana e o perfil dos futuros profissionais que estavam formando. A partir de então, novas linhas de estudo começaram a ser abordadas, como o marxismo e o pensamento freudiano, e novas faculdades foram sendo criadas, adotando uma postura mais crítica diante da realidade. No mesmo período, desenvolveu-se um rompimento e uma aversão aos tabus e valores tradicionais da sociedade norte-americana, através da ação de uma Nova Esquerda: os *beats*, *hippies*, gays, feministas, negros e intelectuais[...] A Geração *Beat*, movimento cultural ligado à literatura, surgido durante os anos 1950, era composto por jovens de classe média que viam as cidades crescerem inadvertidamente, e a natureza ficar cada vez menos presente no cotidiano das pessoas. Como forma de reação a isso, propunham a opção por uma vida periférica, marginal, longe dos arranha-céus, do mercado de trabalho, da sociedade de consumo e de toda a esfera que o capitalismo e o progresso tecnológico instaurava. Eram vistos pela sociedade tradicional como “rebeldes sem causa”. O termo *beat* podia assumir várias conotações, mas sugeria a busca de uma purificação do espírito (beatitude), sob a influência de religiões orientais, como o budismo. Os *beats* se expressavam através de poemas e viviam cada dia como se fosse o último, utilizando drogas como LSD para “elevarem” a mente. Eles não estavam ligados a qualquer movimento esquerdista institucional, não constituíam um partido e muito menos tinham um programa a ser cumprido. Suas intenções eram tão somente viverem numa sociedade diferente. (FERREIRA, 2005, p. 68).

Esse conjunto de adaptações tecnológicas apresentam suas origens nos anos de 1970, mais precisamente nos Estados Unidos da América (EUA) com tendências californianas, em um território que reúne um conglomerado de empresas de tecnologia avançada, redes de fornecedores, financiadores e, desenvolvedores de softwares, além de centros universitários, conhecido como o “Vale do Silício”.

Seu padrão social, cultural e espacial de inovação foi estendido ao mundo inteiro através das novas TICs. A internet é a espinha dorsal dessas transformações.

Cada grande avanço em um campo tecnológico específico amplia os efeitos das tecnologias da informação conexas. A convergência de todas essas tecnologias eletrônicas no campo da comunicação interativa levou a criação da internet talvez o mais revolucionário meio tecnológico da "era da informação" (CASTELLS, 2000, p. 82).

A internet surgiu nos EUA diante dos riscos de um colapso nuclear, em um ambiente de disputadas armamentistas e de controle de mercados, denominado por “Guerra Fria”. Suas aplicações digitais consistiam na troca de dados, sons, e imagens de forma descentralizada e independente de centros de comando, e o alcance de suas influências superaram em muito seus antecessores mecânicos desenvolvidos durante a era industrial.

A convergência de todas as tecnologias eletrônicas advindas da revolução industrial no campo da comunicação interativa levou a criação da internet (CASTELLS, 2000), caracteriza esse movimento como o estabelecimento de uma revolução sobre o modo das pessoas organizarem suas vidas a partir da internet, lançando um novo paradigma tecnológico relacionado à informação.

Segundo (CASTELLS, 2000) a revolução tecnológica da informação e comunicação (processamento e comunicação), é compatível com a revolução das fontes de energia desenvolvidas durante a primeira “Revolução Industrial”, que potencializou a produção de excedentes com a criação da máquina a valor, da fiandeira e do processo de corte em metalurgia em substituição ao trabalho manual por máquinas.

Posteriormente, quase cem anos depois com a segunda revolução industrial, obteve-se uma continuidade com os avanços da descoberta da eletricidade, dos motores elétricos, do motor de combustão interna, dos produtos químicos, do telegrafo e do telefone.

As origens dessa revolução tecnológica de informação e comunicação datam do século XVIII, com o advento da revolução do maquinário principalmente na Inglaterra. Segundo (CASTELLS, 2000) durante os séculos XVIII e XIX ocorreram duas revoluções com base na produção material de mercadorias que alteraram os modos de vida da população.

A primeira revolução industrial ocorreu durante a primeira metade do século XVIII, com o advento de máquinas que potencializavam a produção em substituição a mão de obra manual.

[...] Início 1780: profunda mudança tecnológica no meio de produção da sociedade inglesa. A principal mudança se deu no meio agrícola onde a agricultura não será mais o motor da sociedade e sim o trabalho por meio de máquinas que gera uma acumulação de capital. A revolução industrial trouxe consigo a centralização do processo de produção nas mãos de uma pessoa que será o patrão, onde o objetivo será a obtenção de lucro (A era das revoluções 1789-1848) (ATAIDE, 2012, p. 8).

A segunda revolução industrial ocorreu quase cem anos depois, e patrocinou o aumento da velocidade de operações de controle e distribuição de mercadorias com o descobrimento da eletricidade e a criação do motor a combustão interna, produtos químicos, telegrafo e telefonia.

Foi também nesse período que o Inglês Charles Babbage (1792-1871) desenvolveu o projeto da máquina analítica, onde sua programação deveria ser realizada por fichas perfuradas para cálculos mais complexos apesar de uma memória ainda que limitada, “as primeiras fichas perfuradas foram inventadas no início de 1800 para programar o tear Jacquard” (LOLLINI, 1991, p. 238).

As inovações da revolução industrial não se limitaram apenas ao desenvolvimento de máquinas que substituíam a mão de obra humana, seria necessário, na época, buscar soluções para a racionalização dos processos lógicos. Devido a essas características a máquina de Babbage foi considerada como o primeiro computador da história.

No mesmo período o inglês George Boole (1815-1864) elaborou os fundamentos da álgebra binária, base da informática atual.

A eficácia das experiências de Babbage foi comprovada ainda no final do século XIX, nos EUA durante o recenseamento de 1890, onde o americano Hermann Hollerith, utilizou o método de fichas perfuradas para analisar os dados dos americanos, tendo diminuído o tempo gasto em dois terços, “um sucesso estrondoso” (LOLLINI, 1991, p. 238).

As duas revoluções industriais forneceram as bases e a energia necessárias para produção, distribuição, comunicação e difundiram-se por todo o sistema econômico e permearam por todo o tecido social, expandiram e aumentaram a força do corpo humano – criando a base material para a continuação histórica de um movimento semelhante (A revolução tecnológica) rumo à expansão da mente humana (CASTELLS, 2000, p. 81).

As indústrias espalharam-se por toda a Europa, e passaram a incluir a Ásia e a África nesse sistema. Diferente do desenvolvimento nos países de primeiro mundo esses dois continentes foram explorados pelos europeus, dentro de um contexto conhecido como neocolonialismo. As populações destes continentes foram dominadas a força e tiveram suas matérias-primas e riquezas exploradas.

Atualmente os domínios dessa nova ordem de produção, acumulação e circulação de capital no sistema capitalista, fundado no conhecimento científico, aplicado as novas tecnologias de informação e comunicação, não abrangem todas as comunidades nos quatro cantos do planeta, porém, “há grandes áreas no mundo e consideráveis segmentos da população que estão conectados no novo sistema tecnológico” (CASTELLS, 2000, p. 70).

## **1.2 A introdução das tecnologias de Informação e comunicação na educação formal a distância no cenário mundial**

A partir da metade do século XX nos EUA, Europa e Canadá, os interesses pela mídia educação apresentam uma preocupação política e ideológica com a expansão da mídia pelo mundo, e a sua introdução na vida cotidiana das pessoas. O período pode ser caracterizado pelo contexto de disputas entre nações de dois grandes blocos políticos, capitalistas e socialistas.

Por um segundo viés o entretenimento e a ficção, também são amplamente difundidos com a expansão da mídia de comunicação, principalmente com o rádio e

o cinema, e vão se mostrando como ferramentas comunicacionais eficazes pela sua fácil assimilação e apropriação de suas mensagens, utilizados para propaganda ideológica e política.

Pesquisadores de diferentes horizontes, educadores, jornalistas e grupos religiosos buscavam minimizar a importância dos efeitos da mídia ou, ao contrário, demonstrar seus perigos. Ao mesmo tempo, à medida que os processos de comunicação evoluíam divididos entre dois modelos concorrentes - de um lado, a indústria cultural, com tendências à mundialização, e de outro, o monopólio estatal limitado aos territórios nacionais -, a publicidade comercial e o avanço tecnológico iam construindo o modelo do futuro, o de hoje. A produção industrializada e mundializada da cultura e da comunicação, inclusive do setor que parecia mais impróprio à globalização: o da informação (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 3).

Nesse período o termo “mídia-educacional” surge em órgãos de grande representatividade, e destacam o grande potencial da comunicação em massa na educação a distância para alfabetização de adultos em grande escala e na formação qualificada. Outro aspecto relevante ao termo pode ser caracterizado pela preocupação dos estudiosos da época com a manipulação política e ideológica e o empobrecimento cultural pelos interesses comerciais e publicitários, tanto quanto sua abordagem crítica.

Por mídia-educação convém entender o estudo, o ensino e a aprendizagem dos meios modernos de comunicação e expressão, considerados como parte de um campo específico e autônomo de conhecimentos, na teoria e na prática pedagógicas, o que é diferente de sua utilização como auxiliar para o ensino e a aprendizagem em outros campos do conhecimento, tais como a matemática, a ciência e a geografia (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 3).

Por essa definição compreende-se como foco principal o desenvolvimento crítico das mensagens midiáticas a fim de alertar as comunidades em geral sobre os efeitos negativos da manipulação política e ideológica, sugerindo uma leitura crítica das suas mensagens:

A sociedade vem passando por transformações culturais, mercadológicas e econômico/sociais ao longo de sua existência, porém, nos últimos anos, a mudança foi surpreendente, no que diz respeito às novas Tecnologias da Informação na Comunicação (TIC's). Surge um novo meio de comunicação – o computador com conexões via Internet – que modifica a forma de produção e disseminação de informações pautado no dispositivo comunicacional todos-todos, onde não existe apenas um emissor, mas sim milhares[...] (TELLAROLI e ALBINO, 2015, p. 1).

Nos EUA acrescenta-se uma abordagem tecnicista e pragmática com a apropriação técnica dos conteúdos.

Em 1979, surge uma nova definição que tenta abranger o conjunto do fenômeno e melhor definir o objeto da mídia-educação, que compreenderá, então: Todas as maneiras de estudar, aprender e ensinar em todos os níveis [...] e em todas as circunstâncias, a história, a criação, a utilização e a avaliação das mídias enquanto artes práticas e técnicas, bem como o lugar que elas ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação midiática, a participação, a modificação do modo de percepção que elas engendram, o papel do trabalho criativo e o acesso às mídias (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 4).

Em Janeiro de 1982, na cidade de Grünwald (Alemanha ocidental), representantes de 19 países, desenvolveram junto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a declaração de Grünwald, nesse documento enfatiza-se a importância da abordagem crítica da população em relação às mídias educacionais, de seu potencial para o desenvolvimento da cidadania e, trouxe aspectos inovadores quanto a sua capacidade de integração, criatividade e expressão pessoal.

A partir desse documento tem-se a noção de mídia como ferramenta pedagógica para professores, e de participação política e expressão pessoal para os cidadãos. Outros aspectos difundidos no documento referem-se à maior capacidade de escolha dos consumidores, da individualização de acesso e de uso, das possibilidades de acesso de duplo sentido entre emissor e receptor.

A declaração de Grünwald supera os documentos anteriores por preconizar o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, com a integração entre satélites, televisores, computadores e internet. Destaca os impactos culturais sobre as comunidades locais e lançam um novo conceito de alfabetização alargada, principalmente ligada aos jovens com foco nas suas experiências fora da escola além do seu uso pedagógico.

O documento traz quatro recomendações, 1 Organizar e apoiar programas integrados de educação para as mídias, do nível pré-escolar à universidade e à educação de adultos; 2 Desenvolver os cursos de formação destinados aos educadores; 3 Estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento; 4 Apoiar e reforçar as ações empreendidas ou consideradas pela UNESCO que sugerem uma participação

política e crítica de toda a sociedade, de integração das tecnologias de comunicação e educação, com maior esforço e comprometimento político e econômico no desenvolvimento de políticas públicas para expansão da educação para crianças, jovens e adultos.

1 Organizar e apoiar programas integrados de educação para as mídias, do nível pré-escolar à universidade e à educação de adultos, visando a desenvolver os conhecimentos, as técnicas e as atitudes próprias para promover o desenvolvimento de uma consciência crítica e, por consequência, de uma competência maior entre os utilizadores das mídias eletrônicas e impressas. Idealmente, estes programas deveriam ir da análise do conteúdo das mídias até o emprego de instrumentos de expressão criativa, passando pela utilização dos canais de comunicação disponíveis, baseada em uma participação ativa.

2 Desenvolver os cursos de formação destinados aos educadores e diferentes tipos de animadores e mediadores, visando ao mesmo tempo a melhorar seu conhecimento e sua compreensão das mídias e a familiarizá-los com os métodos de ensino apropriados, levando em conta o conhecimento das mídias, muitas vezes considerável, mas ainda fragmentado, que a maioria dos estudantes já possui.

3 Estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento que interessam à mídia-educação, em áreas como a psicologia, a sociologia e as ciências da comunicação.

4 Apoiar e reforçar as ações empreendidas ou consideradas pela UNESCO que visam a encorajar a cooperação internacional no campo da mídia-educação (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 6).

Em 1990 a UNESCO promoveu outro encontro denominado “Colóquio de Toulouse” para discussão do cenário midiático mundial, esse encontro contou com uma participação ampliada com a presença de representantes de países do terceiro mundo e do Japão, com a participação de cientistas sociais, jornalistas, professores e pesquisadores.

A partir das novas recomendações do encontro, destacam-se duas definições de mídia-educação com ênfase nas suas características críticas e técnicas:

A mídia-educação visa a suscitar e incrementar o espírito crítico dos indivíduos (crianças, jovens e adultos) face às mídias, visando a responder às questões: como as mídias trabalham; como são organizadas; como produzem sentido; como são percebidos pelos públicos; como ajudar estes públicos a bem utilizá-las em diferentes contextos socioculturais? Seu objetivo essencial é desenvolver sistematicamente o espírito crítico e a criatividade, principalmente das crianças e jovens, por meio da análise e da produção de obras midiáticas. Visa a gerar utilizadores mais ativos e mais críticos que poderiam contribuir à criação de uma maior variedade de produtos midiáticos. Mídia-educação é um processo educativo cuja finalidade é permitir aos membros de uma comunidade participarem, de modo criativo e crítico.

co, ao nível da produção, da distribuição e da apresentação, de uma utilização das mídias tecnológicas e tradicionais, destinadas a desenvolver, libertar e também a democratizar a comunicação (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 7).

As recomendações desse encontro sugerem medidas concretas principalmente aos países do terceiro mundo, como a formação de professores e o estudo sobre as experiências das ONGs, com ênfase no campo da comunicação, estando à educação implícita a essa categoria. Outro aspecto inovador do colóquio foi a preocupação com a escuta e participação dos jovens.

As mudanças mais significativas sobre o tema mídia-educação aconteceram na Conferência Internacional “Educando para as mídias e para a era digital”, realizada pela UNESCO em Viena, no ano de 1999. Dentre suas principais resoluções torna mais evidente a participação de crianças e adolescentes nos processos decisórios, outro aspecto central foi a ampliação das repercussões midiáticas considerando suas características socioculturais, cognitivas, linguísticas, superando o enfoque técnico.

Outras definições e conceitos sobre mídia-educação foram apresentados na conferência levando em consideração às diversas diferenças e especificidades entre países ricos e países pobres, para os primeiros a indicação converge para a formação de sujeitos críticos, independentes e participativos, para os países do terceiro mundo seria necessário o desenvolvimento da cidadania, democratização e justiça social. As novas tendências preconizadas na conferência são:

Mídia-educação deve emanar dos interesses dos estudantes;  
Mídia-educação significa pensamento crítico e deve levar à construção de competências de análise crítica;  
A produção de mensagens pelos estudantes é um elemento essencial para a construção do pensamento crítico e da expressão;  
Mídia-educação é necessária à participação e à democracia, ou seja, é fundamental para a cidadania;  
Mídia-educação deve considerar que a globalização, a desregulação e a privatização das mídias levaram à necessidade de novos paradigmas de educação;  
Mídia-educação deve incluir todas as mídias, não mais focalizar apenas ou principalmente as mídias impressas, mas deve incluir múltiplas "alfabetizações" (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 7).

Alguns entraves ao desenvolvimento da mídia-educação, como o domínio da publicidade comercial, falta de interesse político e ausência de políticas públicas,

foram apontados como empecilho para o avanço das resoluções discutidas no encontro, sem permitir avanços significativos em termos de ações e programas.

No ano de 2007 em Paris, vinte e cinco anos depois do encontro de Grünwald, foi realizado um evento comemorativo para discutir os avanços e retrocessos da mídia-educação. No encontro um balanço revelou que o trajeto percorrido até aquele momento não era satisfatório, apesar de iniciativas interessantes realizadas por educadores, jornalistas e comunicadores de diversas áreas não se pôde afirmar que a mídia-educação se tornou prioridade na sociedade.

Até hoje, nenhum sistema educativo integrou oficialmente a mídia-educação como uma prioridade ou conseguiu difundir seu espírito e sua importância entre os educadores em geral (BÉVORT e BELLONI, 2009).

Com base nas quatro grandes orientações de Grünwald, foram elaboradas doze ações prioritárias para a promoção da mídia-educação como base na formação para a cidadania:

I Desenvolvimento de programas integrados em todos os níveis de ensino;

1 Adotar uma definição inclusiva da mídia-educação que vá além da simples distinção entre educação pelas mídias e educação para as mídias e considere as mudanças trazidas pelo desenvolvimento das TICs, novas competências, novos modos de aprender, ligados ao domínio da informação e à comunicação interativa, ou seja, à apropriação criativa e crítica das tecnologias e seus usos como meios de expressão.

2 Reforçar os vínculos entre a mídia-educação, a diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos, no sentido de contribuir para a emancipação e a responsabilização dos indivíduos, como parte integrante da formação para a cidadania.

3 Definir as competências a construir, organizando o ensino em todos os níveis, de modo transversal e interdisciplinar, e os sistemas de avaliação, de alunos e professores, visando à melhor pertinência e eficácia.

II A formação de professores e a sensibilização dos diferentes atores da esfera social;

4 Integrar a mídia-educação à formação inicial dos professores, considerada como elemento-chave do dispositivo, devendo integrar ao mesmo tempo as dimensões conceituais e os saberes práticos e estar baseada no conhecimento das práticas midiáticas dos jovens.

5 Desenvolver métodos pedagógicos apropriados e ativos, sem receitas prontas, que impliquem uma evolução no papel do professor, uma maior participação dos alunos e relações mais estreitas entre a escola e o mundo exterior.

6 Mobilizar todos os atores do sistema escolar, técnicos, administradores, etc., no sentido de sensibilizar a todos a assumir responsabilidades e legitimar as ações.

7 Mobilizar os outros atores da esfera pública, pois a mídia-educação não se limita aos espaços escolares, mas diz respeito também às famílias, associações e profissionais de mídia.

8 Inscrever a mídia-educação no quadro da educação ao longo da vida, pois ela diz respeito também aos adultos, podendo ser vetor de uma melhor qualidade da educação continuada.

III A pesquisa e suas redes de difusão;

9 Desenvolver a mídia-educação e a pesquisa no ensino superior, em quadros interdisciplinares e em relação com estudos sobre inovações pedagógicas e sobre o impacto das TICs no ensino e na formação.

10 Criar redes de intercâmbio entre pesquisadores, de modo a capitalizar e compartilhar hipóteses e resultados de pesquisa, para contribuir à mudança de escala necessária à mídia-educação. Os resultados deveriam levar à elaboração de recomendações éticas suscetíveis a compor uma Carta internacional.

IV A cooperação internacional em ações;

11 Organizar e tornar visíveis os intercâmbios internacionais, no sentido de difundir as "boas práticas" e os trabalhos existentes, para melhor apreender a diversidade de situações concretas.

12 Sensibilizar e mobilizar os atores políticos, notadamente os decisões de alto nível em todos os países (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 11).

No Brasil as orientações internacionais podem ser traduzidas através do Plano Nacional de Educação, período 2001/2011, que propõe entre outras metas, a ampliação da oferta de vagas no setor privado, também busca estabelecer um extenso sistema interativo de educação à distância incluída nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.

Como avanços das discussões realizadas na "Convenção de Paris" destaca-se a mídia-educação como direito fundamental da humanidade, legitimando o direito a liberdade de expressão e a comunicação de crianças, adolescentes e adultos.

### **1.3 As tecnologias de comunicação e informação no cenário brasileiro da educação superior a distância.**

A trajetória das TICs no cenário educativo brasileiro tem seu início datado das primeiras décadas do século XX, compreende-se que da sua estréia nos anos de 1920 com o Centro de Pesquisa Pessoal (CEP), até os dias atuais, esse processo tenha passado por cinco gerações complementares, com o uso de correspondência via correios, transmissões de rádio e televisor, videoconferências, teleconferências e internet.

Pode-se falar de uma primeira fase inicial da EaD no Brasil marcada pelas Escolas Internacionais. Segundo (FARIA, 2010) já antes de 1900 existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro como, o Jornal do Brasil, que ofereciam cursos profissionalizantes por correspondência. Em geral tratava-se de iniciativas isoladas. Eram cursos de datilografia ministrados por professoras particulares e não por instituições. Em 1904, com a instalação das Escolas Internacionais, tem-se um marco de referência oficial. Os cursos eram voltados para pessoas que buscavam empregos principalmente nos setores de serviços e comércio. Naturalmente o ensino era por correspondência e o material didático enviado pelos correios, que utilizavam as ferrovias para transporte (FARIA, 2010, p. 58).

Os diferentes métodos abordados em cada geração se diferem, entre muitos aspectos, pelo tipo de material ou mídia utilizada, alcance geográfico e abrangência de conteúdos, adesão populacional e número de matrículas, porém essas categorias não são excludentes, uma vez que os cursos oferecidos em EaD utilizam métodos combinados de comunicação e transporte, terrestre, aéreo e aquático, satélites, telefone, vídeo, chats, e outros meios compatíveis.

A segunda geração caracteriza-se pela transmissão por rádio, iniciada pela Rádio Educativa em vinte de Abril de 1923. Em 1950 o televisor chega ao Brasil como símbolo de modernidade, na década de 1960 esse aparelho se afirma como um veículo de comunicação hegemônico na maior parte dos países do mundo, e para a televisão se deslocam as preocupações dos educadores.

Na década de 1960 ocorre um grande avanço quantitativo em todos os quesitos relacionados à EaD com o surgimento das rádios e TVs educativas. Experiências pioneiras da EaD no Brasil buscavam o treinamento e o aperfeiçoamento de professores e adultos para formação de jovens e adultos em programas de alfabetização primária. A Radio Sociedade do Rio de Janeiro é apontada como a primeira emissora com fins educativos, sua comunicação entre educadores e educandos era realizada por correspondência e por transmissões via rádio.

Em 1967 é inaugurado no Rio de Janeiro a Fundação do Centro Brasileiro de Televisão educativa (TVE), em 1969 na cidade de São Paulo, a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), e na região norte do país a TVE do Maranhão.

A partir da década de 1970, com os avanços do televisor, projetos públicos e privados de EaD foram desenvolvidos em todos os níveis administrativos do Estado.

[...] as reformas educacionais implementadas após 1964 ficaram marcadas tanto pelo modelo de modernização autoritária do capitalismo brasileiro adotado a partir de 1964, quanto pela teoria econômica do “capital humano”. A propaganda ufanista, que tinha como lema o “Brasil Grande Potência”, gerado pela “eficiência técnica” aplicada na forma de administrar o Estado e as suas empresas, também teve os seus corolários ideológicos no âmbito da própria política educacional levada à prática após a reforma universitária de 1968 e a reforma da educação de 1º e 2º graus de 1971. Assim, o sistema nacional de educação que emergiu com as reformas da ditadura militar foi marcado pela ideologia tecnocrática, que propugnava uma concepção pedagógica autoritária e produtivista na relação entre educação e mundo do trabalho (FERREIRA e BITTAR, 2008, p. 1).

O Projeto Minerva, lançado pelo Governo Federal oferecia cursos de primeiro e segundo graus. No Rio Grande do Norte, o Sistema Avançado de Comunicação Interdisciplinar “Projeto Saci”, tornou-se uma iniciativa pioneira em transmissão via satélite no Brasil.

[...] O Projeto Minerva, ofertando inicialmente o Curso Supletivo de Primeiro Grau. Esse curso, assim como os cursos posteriormente oferecidos, eram realizados pelo rádio. Havia três modalidades de participação - organizada, controlada e livre - que englobavam desde o aluno que frequentava diariamente o radioposto, e estava devidamente matriculado, até aqueles que ouviam livremente os programas em suas casas e, ao final, solicitavam permissão para realizarem as provas sem que fosse necessário o controle da participação na série de atividades que constituíam o projeto (PINTO e GARNICA, 2014, p. 154).

Durante as décadas de 1970/80, o rádio e o televisor se consolidaram como veículos de comunicação de massa em alcance mundial.

Em 1923, uma autorização ministerial dava início à construção do edifício que abrigaria um instituto de ciências sociais vinculado à Universidade de Frankfurt, o Instituto de Pesquisas Sociais (*Institut für Sozialforschung*). O Instituto seria o ponto de convergência de um grupo de pensadores nascidos na virada do século XIX para o XX, basilarmente formado por Theodor W. Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Erich Fromm (1900-1980) e Herbert Marcuse (1898-1979)... O projeto teórico inicial de cunho fortemente marxista deu lugar a um projeto filosófico e político único, ao propor uma teoria crítica que fosse capaz de apreender a sociedade do início do século XX (Rüdiger, 2001)[...] (PINTO e GARNICA, 2014).

[...] A designação “Escola de Frankfurt” foi dada a posteriori, na década de 1960 e, de acordo com Wiggershaus (2002), não é possível dividi-la em fases, uma vez que as constantes transformações da “teoria” mostram um deslocamento progressivo de tendências. Todos os seus pensadores eram intelectuais múltiplos, ligados a diversas áreas do saber como filosofia, sociologia, literatura e artes, mas não à comunicação[...] (MOGENDORFF, 2012, p. 152).

No Brasil a EaD passa a ser ofertada em grande escala com a introdução dos tele-cursos, em 1978 o tele-curso de segundo grau, respectivamente em 1981 o tele-curso de primeiro grau, e em 1985 o novo tele-curso de segundo grau e o tele-curso 2000 (com suporte de material impresso retirado em bancas de revistas).

Para acompanhar as mudanças sociais exigidas pelas economias capitalistas centrais durante a década de 1990, o Brasil será inundado por uma enxurrada de novas tecnologias, hardware (impressoras, CPUs, teclados, monitores, transmissores, antenas, placas e circuitos integrados) e software (sistemas operacionais, aplicativos eletrônicos, jogos, automação eletrônica).

Com o auxílio da tecnologia de comunicação, cursos via satélite e a cabo passam a ser difundidos por todo o território nacional, programas estatais como a “Rede educativa de televisão” e a “TV Escola” apresentaram inovações na sua metodologia de ensino ao proporcionar aos alunos assistirem as aulas se dirigindo aos tele postos.

Em 1996 a “TV Escola” entrou no ar com a pretensão de transmissão da sua programação por antenas parabólicas a todas as escolas públicas do país. Iniciativas do setor privado como a “TV SENAC” promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, a “TV Educativa” da Fundação Roberto Marinho e o “Canal Futura, o canal do conhecimento”, também contribuíram para o aumento da oferta de vagas em cursos a distância, permitindo acesso a milhares de pessoas.

A terceira geração de EaD caracteriza-se por dois aspectos principais, o primeiro foi incluir novos atores, com novas funções, nos quadros de recursos humanos com a contratação de tutores e corpo técnico especializado. O segundo aspecto relaciona-se ao uso indiscriminado de tecnologias digitais, vídeo e conferência, que em larga escala formataram as estruturas básicas de implantação das Universidades totalmente a distância (UA). A quarta geração configura-se pelo advento da internet, das teleconferências e da proximidade professor/aluno.

Em sua quinta geração os avanços tecnológicos e pedagógicos de EaD apontam para a convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação. As ferramentas utilizadas podem combinar ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), *e-mail*, *chats*, listas de discussões, correspondência, transmissão por rádio e TV, teleconferências, internet /*web*.

As tecnologias caminham para a convergência, a integração a mobilidade, a multifuncionalidade, isto é, para a realização de atividades diferentes num mesmo aparelho, em qualquer lugar, como acontece no telefone celular (que servem para falar, enviar torpedos, baixar músicas “ (OLIVEIRA, 2013, p. 6).

No Brasil a partir da década de 1990, para se adaptar ao mercado competitivo globalizado, com a introdução de máquinas e aparelhos sofisticados, imposição de mão de obra barata, flexibilidade nas relações de trabalho e informalidade, diante dos impactos causados pelo neoliberalismo, que exige uma sociedade organizada e informatizada, com domínio técnico e mão de obra especializada capaz de criar condições materiais para sua reprodução, alternativas políticas foram adotadas a partir de tal década para os novos tempos que direta e indiretamente interferiram no sistema educacional do país.

Desta forma, a expansão para gerar acessibilidade ao ensino superior é fato notório que tem marcado a pauta política para todas as nações desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Com as tecnologias cada vez mais rápidas e integradas, o conceito de presença e distância se altera profundamente e as formas de ensinar e aprender também.

Destacada por profissionais e formadores de opinião como uma modalidade de ensino em crescente expansão, a EaD é vista como uma das possibilidades de promover o desenvolvimento da educação nacional. Com o advento da internet e dos avanços das TICs, a EaD torna-se também hoje em dia, um meio para a mercantilização do terceiro grau no Brasil.

A educação a distância, vem se desenvolvendo em ritmo crescente na maioria dos países do mundo e à medida que progridem, os seus contornos vão se desenhando de acordo com a multiplicidade de propósitos que assume na sua trajetória, modificando-se continuamente em função das demandas sociais e da incorporação das novas tecnologias, com repercussões de ordem qualitativa da maior relevância (PEREIRA e MORAES, 2009, p. 65).

No âmbito do ensino superior este quadro se alarga, com as novas tecnologias, pois o momento histórico em que vivemos é também considerado como o da instrumentalização (uso tecnológico) na constituição de comunidades reflexivas e atuantes na mudança social. O trabalho pedagógico relaciona-se com a comunicação, que se fundamenta no diálogo, numa relação entre educador e educando, mediado também pelas tecnologias.

Na sociedade do conhecimento, contamos com computadores e sua capacidade de digitalizar informações, que não é só palavra escrita, mas imagens, sons, ambientes virtuais. Com o estoque de informações globalizado, disponibilizado com a conectividade (possibilidade de trocar informações sem restrições geográficas); com a padronização de linguagem entre máquinas que possibilita comunicação entre várias redes, outras características como a interatividade, ubiquidade, personalização da informação são comuns a mídia (televisão, telefones, etc.), não sendo intrínsecos somente aos computadores.

Podemos pensar tais aspectos pela ótica da convergência entre tecnologias e ideologias, cada vez mais acentuada nestes tempos de globalização, conexão, aceleração, onde a educação será cada vez mais complexa, por que a sociedade vai tornando-se em todos os campos mais complexa.

Por fim, a EaD sintoniza educação com novas ferramentas e entra no cenário educacional como uma composição que busca a democratização da educação e mesmo do uso das diversas tecnologias.

#### **1.4 Conceitos e perspectivas da educação superior a distância no Brasil**

A História da educação brasileira demonstra que o processo educativo aqui implantado teve suas origens no ano de 1549 a partir da instalação da Companhia de Jesus, liderada pelos Padres Jesuítas e, suas bases estruturais de ensino foram fundamentadas na obra da Igreja Católica. Após o descobrimento do novo território, foi necessário aos colonizadores portugueses dominar a natureza e os povos recém conquistados, portanto, desde o seu início o modelo educacional implantado no Brasil serviu como forma de opressão do estilo Europeu.

Durante um longo período o território brasileiro serviu somente como fornecedor de matéria prima para as sociedades desenvolvidas, pau-brasil, cana de açúcar, borracha, ouro, café, minérios, etc. Devido à abundância de recursos naturais encontrados pelos portugueses no Brasil e a necessidade de exploração e dominação da nova Colônia, desde os primeiros séculos de colonização, se iniciou um processo de exploração de recursos naturais no território. Para tanto a educação funcionava como ferramenta para a catequização dos povos indígenas. Em outro contexto quem tivesse condições financeiras favoráveis (donos de terras, funcionários da coroa portuguesa, etc.) buscavam cursos na Europa.

Séculos depois se apresentam as primeiras tentativas de instaurar uma escola pública estatal em território nacional inspirada em idéias iluministas, porém, sua evolução foi inconstante até o final do século XIX, onde a partir das idéias republicanas, tentativas descontinuas e intermitentes de organizar a educação foram idealizadas como responsabilidade do poder público representado pela República.

Esse longo processo terá seu desfecho só na primeira metade do século XX, na “Era Vargas” iniciada em 1930. É nesse período que se procede a criação das escolas primárias nos Estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano. Os esforços políticos para regulamentação da educação em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, foram incorporados ao ideário renovador voltado às massas de trabalhadores, seu projeto societário foi amparado na tríade empresariado, Estado, e Igreja.

Esse período caracteriza-se pela regulamentação por parte do Estado a diversos segmentos da organização social, principalmente os setores de Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

No “Estado Novo” a educação popular tem como prerrogativas garantir o controle social e a legitimação da questão moral misturando características de enfoque moralizador, em um processo de recristianização e reaproximação da Igreja Católica a setores públicos estatais, também na educação. Conseqüentemente em seu projeto pedagógico de alinhamento e adequação aos padrões societários, a escola reproduz e reforça a estrutura de classes, baseada na divisão técnica do trabalho com enfoque individualista, de produção tecnicista, que necessita de trabalhadores de comportamento afável.

No ano de 1961 acontece a unificação da educação nacional por meio de regulamentações, abrangendo rede pública (Municipal, Estadual e Federal) e a rede privada. A partir da década de 1970 a educação passa a valorizar o capital humano com foco na formação para o mercado, sendo subsidiada pela economia.

As políticas de ajuste neoliberal emergem com a crise do capital iniciada a partir do final da década de 70 do século XX. Esta crise traz consequências que representam desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos, atingindo todos os países, cujas medidas adotadas na tentativa de resolução têm produzido transformações estruturais, que determinam a precarização das políticas sociais. Estas medidas são orientadas e recomendadas por meio de organismos internacionais<sup>4</sup>, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, e, principalmente pelo Consenso de Washington (GROOSSI, 2014, p. 3).

A partir da introdução do “Estado de bem estar” protagonizado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, caracterizada pela redemocratização do país e abertura econômica, a educação formal passa a figurar como direito a todos os cidadãos brasileiros.

[...] Berhing e Boschetti (2006) informam que o termo Estado de Bem-Estar Social é traduzido do inglês originado na Inglaterra: Welfare State. Nos diferentes países utilizam-se termos diversos: na França, utiliza-se o termo Etat-Providence (Estado-Providência); na Alemanha denominado Sozialstaat (Estado Social). Para definir Welfare State, se faz necessária a conjugação de alguns fatores: “a) estabelecimento de políticas Keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal; b) instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demanda e ampliar o mercado de consumo; e c) um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho” (MISHRA; PIERSON apud BHERING, BOSCHETTI, 2006, p. 91-92). Citando Marshall, as autoras informam que as propostas relativas à implantação do Welfare State se constituem a partir de três pilares: educação, seguros e saúde (GROOSSI, 2014, p. 3).

Com a reforma administrativa, ancorada nos ideais neoliberais, a administração pública burocrática gradualmente vai sendo substituída por uma administração pública gerencial não estatal onde o Estado passa a dividir as responsabilidades de planejamento, execução e gerenciamento da administração pública com a sociedade civil.

O Estado social liberal defende a organização ou formas de controle das instituições públicas voltadas principalmente aos interesses do capital em um amplo cenário de centralização, diferenciação e de diversificação institucional e privatização

pública, sendo atribuído ao setor privado, empresas privadas, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs) e outros segmentos não estatais, porque não fazem parte do aparato do Estado, a modernização e racionalização da educação.

A partir do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso a administração pública gerencial, marca do Estado neoliberal, organiza as atividades governamentais em setores estratégicos divididos em três tipos: Atividades exclusivas, serviços não exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado, com a abertura jurídica para instituições privadas.

No Brasil, os impactos dos ajustes neoliberais tornam-se mais nítidos em suas consequências econômicas e fundamentalmente sociais a partir de meados da década de 90 do século XX, donde a ideia aludida pelo receituário neoliberal de que a consolidação de um Estado mínimo, que cumpra apenas com algumas funções mínimas, como saúde pública, educação básica e manutenção da infra-estrutura essencial para o desenvolvimento econômico, ganha legitimidade. Este receituário reforça a perspectiva de que a privatização e redução do tamanho do Estado reduziria o gasto público, eliminaria o déficit público, sendo visto como ajuste necessário para enfrentamento da crise econômica (GROOSSI, 2014, p. 5).

É nesse período que a perspectiva neoliberal é ideologicamente difundida no país amparada na reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como contingência necessária ao desenvolvimento do capital.

A ênfase ideológica dada a esses processos revela a mística de que estes resultam do advento tecnológico e não de opções econômicas e políticas que tem mercado como portador de necessidade e modelador das formas de organização social. As tecnologias não determinam a sociedade dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser representada em suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 2000, p. 25).

Como destaque na formalização de cursos em nível superior a distância no Brasil pode-se destacar a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, que Trata a EaD como uma forma de educação equivalente ao presencial em todos os níveis, principalmente no artigo 80. O Decreto número 2494/1998 regulamenta o artigo 80 da LDB, o Decreto 2561/1998 delega competências às autoridades integrantes do sistema de ensino e promove os atos de credenciamento de instituição de ensino.

A Resolução 01.01 do Conselho Nacional de Educação estabelece as normas para a pós-graduação Lato e Stricto Sensu, fixando condições de validade para certificados de curso EaD; A Portaria 4059/2004, confere às instituições do ensino su-

perior a autonomia na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores presenciais, podendo ofertar até 20% das disciplinas integrantes do currículo que utilizem a modalidade semipresencial.

O Decreto 5622/2006 regulamenta o artigo 80 da LDB 9394/1996 e fornece novas diretrizes e bases a educação nacional e estabelece formas de acordo de cooperação e convênios, as competências do Ministério da Educação e Cultura (MEC), das autoridades, dos sistemas estaduais e do Distrito Federal.

A Portaria Normativa 02/2007 dispõe sobre os procedimentos da regulação e da avaliação da Educação Superior e EaD, regulamentando o credenciamento das instituições para oferta de cursos EaD, bem como os pólos e apoio presencial. No ano de 2007 as portarias 1047, 1050, 1051, forneceram os critérios de avaliação e credenciamento de instituições e cursos EaD.

No início da década de 1990 as políticas públicas para a EaD atendem as orientações internacionais para ampliação do número de vagas como instrumento de inovação e inclusão social.

Nesse sentido o MEC afirma que a EaD é uma modalidade educacional nas quais os alunos e professores estão separados fisicamente, temporalmente e por isso faz-se necessário a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, também é uma modalidade de ensino de cunho social, contínuo e organizado que contribui como direito humano básico de “aprender”, pois uma de suas características é a possibilidade de ultrapassar barreiras geográficas e temporais, porém, na sociedade da informação e do conhecimento o modelo educativo brasileiro reproduz os aspectos sócio-técnicos da sociedade industrial.

A EaD obteve sua evolução juntamente com as tecnologias desenvolvidas em cada momento histórico, as quais influenciam não só o ambiente educativo, mas a sociedade como um todo.

## 1.5 Mercantilização do ensino

Ao final da Segunda Guerra Mundial a Europa, em grande escala, fora destruída, muitas das suas cidades foram bombardeadas, suas economias quebradas. As disputas decorrentes desse conflito vão desencadear em uma disputa político/ideológica bipolar entre nações, composta pelo um bloco capitalista, liderado por Inglaterra e EUA, em oposição a URSS, entre outros representantes do bloco socialista.

Para a reconstrução de suas economias e mercados financeiros grandes transformações políticas e econômicas foram impostas a comunidades em todo o globo. Durante a “Guerra Fria” a ascensão da hegemonia do padrão liberal pôde se evidenciar através de grandes eventos que marcaram a história da humanidade, como a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, a abertura dos mercados asiáticos, a descolonização em países africanos e, a implantação de governos neoliberais na América Latina.

A queda do Muro de Berlim em nove de Novembro de 1989 representa o início do fim da guerra fria que culminou em 1991 com a fragmentação da URSS e abriu as portas para práticas econômicas neoliberais em nível global. Nessa nova ordem impõem-se a abertura de mercados consumidores diferenciados, sem barreiras alfandegárias e dependência ao capital externo especulativo em defesa do “Estado mínimo”.

A educação foi um dos principais pilares no processo de industrialização e modernização do mundo ocidental, a despeito da sua possível capacidade de gerar homens críticos. No terceiro mundo e no Brasil, a educação superior se insere no processo de expansão capitalista como ferramenta essencial para a formação técnica e profissional dos sujeitos e mesmo ao seu ajustamento aos padrões científicos e tecnológicos legais, tanto quanto na expansão de mercados ou novos nichos de negócios, sendo a educação também transformada em serviços.

A segunda metade dos anos de 1970 sofreu uma reviravolta na estrutura de produção e emprego que colocou por terra todo o esforço do sistema educacional de formar um trabalhador padronizado, disciplinado e especializado. A microeletrônica e a biotecnologia criaram um novo patamar de competitividade e novas exigências funcionais (RICCI, 1999, p. 150).

A partir dos anos 1980 desencadeia-se uma revolução tecnológica baseada na microinformática e na biotecnologia, que diminuirá os espaços e as diferenças de produção no mundo. As mudanças mais drásticas estão relacionadas expansão da produção e do consumo; fusões, parcerias e aquisições de empresas por *holdings* internacionais; mudanças no perfil do trabalhador acompanhada da precarização do trabalho.

É notório que a expansão da educação, em todos os níveis, se apresenta como um dos pontos cruciais para a retomada do crescimento econômico e social, e mesmo para o sucesso ideológico do sistema de produção liberal. Uma das principais medidas legais desta época foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9394 de 1996, onde pela primeira vez na História do Brasil, o Estado passa a se responsabilizar pela garantia e pela qualidade da educação formal em todos os níveis no país.

A atual estrutura e funcionamento da educação brasileira é decorrente da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96), que, por sua vez, vincula-se às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988. De acordo com o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), a educação escolar compõe-se de: (i) Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; (ii) Educação superior. A educação superior tem como algumas de suas finalidades: o estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (OLIVEIRA, 2013, p. 104).

A normatização da EaD se apresenta pela Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Decretos subsequentes, dentre eles o de nº 2494/98 que define em seu art. 2º:

Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão de ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da Educação profissional e de graduação, serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)).

Em nome da expansão da educação formal e técnica a todo o território nacional o documento permite que as vagas nas salas de aula passem a ser ofertadas por instituições públicas, privadas ou mistas, por meio de operações de diversificação das fontes de financiamento. Outro ponto de destaque na lei se refere à diferencia-

ção do sistema em modalidades, possibilitando assim a formação de cursos presenciais, semipresenciais e de EaD.

O conceito estrutural da EaD no Brasil, por meio de suas regulamentações legais tem seguido em grande escala as orientações dos organismos internacionais de controle da economia global, na sua relação direta com a educação tem destaque o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Banco Mundial é um organismo internacional que exerce forte influência sobre as políticas educacionais dos países na América Latina, particularmente do Brasil. Ao analisar as recomendações do Banco Mundial para as políticas educacionais que o Brasil deve adotar observase que há uma orientação clara para a articulação entre educação e produção do conhecimento através do binômio privatização mercantilização da educação. Em efeito, o documento *La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia* (1995) publicado pelo Banco Mundial recomenda claramente a privatização do ensino superior, implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições de ensino superior, aplicação de recursos públicos nas instituições privadas, eliminação de gastos com políticas compensatórias e diversificação do ensino superior mediante a expansão do número de instituições não universitárias (OLIVEIRA, 2013, p. 103).

Com a mercantilização do direito à educação no país, e as privatizações amplamente difundidas por esses órgãos como sinais de modernidade, o setor privado se apropria da educação superior de forma dominadora. A expansão da educação superior privada e o crescente mercado de serviços no Brasil têm permitido o monopólio do setor educacional por empresas multinacionais.

São principalmente essas instituições, que a partir da década de 1980, vão ditar as novas regras da educação no Brasil, numa articulação entre educação e produção de conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização da educação.

## **2 CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS INCURSÕES NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

### **2.1 O processo de legitimação da educação a distância no contexto da formação profissional em Serviço Social**

A institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho ocorreu nos anos de 1920 e 1930, sob a influência católica europeia, com ênfase no desenvolvimento técnico de intensa aproximação com o modelo americano com base nas idéias de Mary Richmond. Assim a identidade profissional inicial do Serviço Social foi caracterizada pelo discurso doutrinário e confessional da igreja.

Tendo suas bases nas formas de assistência social que se desenvolvem com a mobilização do movimento leigo da igreja católica, a partir da segunda metade da década de 1920, o reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão institucionalizada, só ocorrera quando a igreja católica, enquanto instituição social organiza-se para assumir um papel ativo na chamada questão social (ATAIDE, 2012, p. 11).

No contexto brasileiro a profissão surge com a ascensão da sociedade burguesa nas primeiras décadas do século XX. Nesse período a Igreja Católica busca o resgate de seus interesses e privilégios corporativos através de uma influência normativa e de reaproximação ao Estado. O bloco católico de militância intelectual e política adota como premissas uma doutrina social totalitária através de um projeto de desenvolvimento harmônico para a sociedade, tendo o capitalismo transfigurado e recristianizado como concorrente ao socialismo.

No cenário mundial uma seria crise econômica pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 atinge a economia mundial de forma catastrófica. No Brasil com a “Revolução de Trinta” no governo de Getúlio Vargas, criam-se condições para o desenvolvimento do “Estado Burguês”, estabelecendo uma ruptura política, econômica e social com o “Estado Oligárquico”, sendo que o modelo agro-exportador cede lugar para o modelo industrial.

O Estado assume uma organização corporativista e passa a tutelar as relações de trabalho e determina uma legislação que busca conciliar capital e trabalho e impede a livre negociação entre patrão e empregado. Essa nova política buscou atender os interesses da burguesia industrial cooptando outros setores da sociedade.

O conjunto das leis sociais implantadas pelo “Estado Novo” pressupõe o reconhecimento político da classe trabalhadora e a necessidade de atendimento de seus interesses.

A questão social passa a ser vista como o centro das contradições sociais. No “Estado Novo” passa-se da caridade tradicional para a centralização e racionalização da atividade assistencial e da prestação e serviços sociais pelo Estado, que passa a atuar sobre as sequelas da exploração do trabalho. O estado Novo teve como objetivo principal a despolitização da sociedade, sobretudo do operariado.

A Igreja Católica no início da formação para o Serviço Social tem como base fundamental o doutrinário e a moral, por tanto, o elemento vocacional aliado ao catolicismo configurava o perfil inicial a ser formado para o exercício do Serviço Social.

Em 1936 é fundada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica (PUC SP), estimulada pelo interesse de um grupo de jovens católicas que durante um curso de formação social idealizou a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

As bases para criação dessa escola foram fundamentadas nas orientações técnicas franco-belga, sob orientação filosófica do Neotomismo, encontra-se nessa junção a primeira corrente doutrinária na formação dos assistentes sociais brasileiros. Sob essa ótica o Serviço Social é concebido como “missão à sociedade”, para atuar na questão social seus agentes dependiam de uma “vocação”, isso significa realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos aos assistentes sociais, através da educação.

O Serviço Social, como profissão e como ensino especializado, beneficiou-se com esses elementos históricos conjunturais (político, econômico, social). Ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado de trabalho, criavam-se as condições para uma expansão rápida das escolas de Serviço Social.

É a partir da década de 1930 que a igreja católica atinge seu ponto mais alto de poder. Em 1936, fora instituída através da Lei 2497 de 24 de Dezembro, o Departamento de Assistência Social do Estado. A fundação Leão XIII surge em 1946 ofici-

alizada por decreto e, configura-se como a primeira grande instituição assistencial, com atuação ampla sobre os habitantes das favelas, que concentravam já nesse tempo grande parcela de pessoas.

Para o Serviço Social da Fundação Leão XIII o “problema da favela” será o problema da educação. As bases da atuação do Serviço Social estariam assim centradas nos indivíduos, nos lares educativos e principalmente, na educação popular e formal. A educação popular tem em sua base uma visão de “democratização” da cultura e teve seu suporte ideológico matizado na caridade cristã com seu fundamento na constatação de uma sociedade justa.

O Projeto de educação popular da Fundação Leão XIII assume o sentido de “levantamento moral” das populações faveladas, com perspectiva de controle de massa, tendo em vista a necessidade de legitimidade do poder via processo eleitoral. O problema central da fundação Leão XIII era ocupar-se dessa população marginalizada, que não tinha o seu tempo domesticado na empresa. Ante a incapacidade de propor mudanças, o projeto da Fundação Leão XIII se propôs: Regenerá-la.

É na década de 1960 que se observa a existência de um meio profissional em franca expansão, “o número de diplomadas do ano de 1968 em São Paulo foi de 206 pessoas, comparado as 150 pessoas diplomadas em 1965 e as cinquenta e cinco pessoas diplomadas em 1960” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 358).

Nesse período, de maior aproximação técnica ao Serviço Social americano, a profissão irá se modificar, se modernizar, absorvendo seus procedimentos, suas práticas, atuando na coordenação, planejamento e execução de tarefas. Dentro de um cenário mais amplo (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011) destacam o “capitalismo dependente” de controle político e econômico exercido pelos países capitalistas centrais aos países pobres.

Após a Segunda Guerra Mundial os EUA ascendem como uma das principais nações do planeta, como consequência do seu poder de influência, seu governo passa a difundir na América Latina e no mundo seus protótipos de idéias positivistas com intuito de eliminar os desajustes sociais. No Brasil a partir da década de 1960 se inicia uma ruptura com o Serviço Social tradicional, que se insere na dinâmica de rompimento com as amarras imperialistas e com uma aproximação a classe traba-

lhadora, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, conservadora e exploradora.

No final da década de 1960 início de 1970 representantes da categoria profissional se reuniram em uma série de discussões que buscou modernizar o Serviço Social, com grande repercussão aos Seminários de Araxá e Teresópolis, iniciando um movimento de reconceituação da profissão. A partir da década de 1980 a teoria Marxista (que situa a sociedade determinada historicamente e em constante transformação, dividida em classes sociais distintas tendo a burguesia como detentora do capital e do lucro, e a classe trabalhadora ou proletariado que dispõe da força de trabalho vendida por troca de salário) como matriz conceitual.

O Serviço Social brasileiro, desde o chamado “Congresso da Virada” (1979), tem na formação profissional uma das suas prioridades, seja na sua dimensão acadêmica (com o crescimento das pesquisas e pós-graduação), seja nas suas dimensões político-organizativas (por meio do debate profícuo e ações de suas entidades organizativas). Tal preocupação se explicita de modo sistematizado no processo de formulação, aprovação e posterior implantação das Diretrizes Gerais da ABEPSS (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

No plano profissional o Serviço Social é acionado pelo mundo empresarial para realizar ações técnico/políticas vinculadas à reprodução material do trabalho na intermediação entre trabalhadores. As transformações societárias e suas inflexões no Serviço Social com a globalização da produção industrial nas décadas de 1970/80 também apontam para a precarização da profissão.

A partir da década de 1990 a formação profissional ganha um novo currículo seguindo três núcleos temáticos: 1 Núcleo de fundamentos técnicos, metodológicos da vida social; 2 Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira; 3 Núcleos de fundamentos do trabalho profissional.

Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate acerca do Serviço Social indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 169).

Diante da complexidade das expressões da questão social e das contradições do modo capitalista de produção, o Assistente Social como profissional inserido nas convenções da divisão social técnica do trabalho, é lançado a uma formação crítica,

generalista, capaz de contemplar a realidade social e agir sobre ela na sua função de garantia de direitos humanos.

No contexto de expansão da EaD tem impulsionado no seio da categoria a inquietação de como garantir uma formação profissional que tenha capacidade para responder à altura as transformações dentro de um cenário de constantes transformações no ensino superior, de mercantilização da educação.

A renovação contribuiu para que a pesquisa se tornasse cada vez mais valorizada no âmbito acadêmico, abrindo-se a um maior diálogo com as ciências sociais, vinculando-se ao marxismo. O referido currículo, fixado pela Resolução nº 06, de 23 de setembro de 1982, busca romper com uma formação que conduz o estudante a uma apreensão fragmentada da realidade social, de cunho positivista.

As diretrizes curriculares por sua vez, respaldam o processo de formação profissional, porém infelizmente, não deixaram de sofrer com os rebatimentos da mercantilização da educação em especial do ensino superior na esfera sociopolítica atual. As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, também, foram elaboradas com base no currículo mínimo de 1982 e aprovado em assembléia geral extraordinária de oito de novembro de 1996.

## **2.2 O cenário das instituições de ensino brasileiras que oferecem a formação em Serviço Social a distância**

O Ministério da Educação por meio do documento normativo “PNE 2011-2020: metas e estratégias” traduz as tendências neocapitalistas de abertura e privatização da educação, principalmente, a de nível superior no país. O documento é esquematizado em vinte metas e apresenta um amplo quadro da educação em todos os níveis e modalidades.

O plano tem como função nortear as ações de legisladores e da população na efetividade das ações projetadas para o período, bem como traçar projeções quanto a investimentos e recursos que deverão ser aplicados para alcance das metas. As projeções de investimento futuro apresentam um repasse de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação no fim do período.

Outras projeções para o ano de 2020 em nível superior apresentam números otimistas de evolução, para a graduação o número de alunos matriculados poderá chegar a onze milhões, também visam fornecer titulação a sessenta mil Doutores e vinte e cinco mil Mestres anualmente, atingindo a meta de 75% dos professores das instituições de ensino com mestrado ou doutorado.

Seu conteúdo intensifica o processo de privatização da educação já em andamento nas últimas três décadas. Indicadores apontam um crescimento da educação em nível superior com forte investimento no setor privado, apesar da evolução do número de instituições federais de educação superior.

Na década de 1980 o número de instituições particulares cadastradas era de 684, em 1996 o número atingiu 711 instituições e em 2004 1789 instituições. A diversificação de oferta e do financiamento de educação por instituições financeiras, afirmadas pelo Estado formataram o arcabouço, político e jurídico para privatizações.

Atualmente a EaD é regulamentada por um conjunto de leis, decretos e portarias que norteiam as ações dos profissionais. Esse conjunto de normas serve para regulamentação das instituições, dos cursos e das grades curriculares, como também, definir os padrões de qualidade e fiscalização. No seu interior as leis brasileiras apresentam uma estreita relação às orientações internacionais do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, para expansão da educação no ramo de serviços.

**Figura 1 Normas para regularização de instituições. Período 2001-2010**

Parecer CNE/CEB nº 10/2001, aprovado em 3 de abril de 2001	Responde consulta sobre convênio entre instituições de educação profissional para ministrar cursos de educação técnica profissional à distância
Parecer CNE/CES nº 195/2007, aprovado em 13 de setembro de 2007	Diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 5.773/2006.
Parecer CNE/CES nº 197/2007, aprovado em 13 de setembro de 2007	Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.
Parecer CNE/CES nº 238/2009, aprovado em 7 de agosto de	Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não-educacionais, na modalidade presencial e a distância, para

2009	a oferta de cursos de especialização, e apresenta disposições transitórias.
Parecer CNE/CES nº 18/2010, aprovado em 27 de janeiro de 2010	Reexame do Parecer CNE/CES nº 238, de 7/8/2009, que dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não-educacionais, na modalidade presencial e a distância, para a oferta de cursos de especialização
Parecer CNE/CES nº 267/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010	Normas transitórias para o credenciamento especial de instituições não educacionais, nas modalidades presencial e a distância, para a oferta de cursos de especialização.
Parecer CNE/CP nº 3/2011, aprovado em 31 de maio de 2011	Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 18/2010, que trata do reexame do Parecer CNE/CES nº 238/2009, que dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, nas modalidades presencial e a distância, para a oferta de cursos de especialização.
Resolução CNE/CES nº 7, de 8 de setembro de 2011	Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.
Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de fevereiro de 2011	Dispõe sobre normas transitórias acerca do credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.

Fonte: (SISTEMA DE REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, 2015)

## Figura 2 Normas para alfabetização de jovens e adultos. Período 2001-2010

Parecer CNE/CEB nº 28/2001, aprovado em 6 de agosto de 2001	Consulta sobre a viabilidade de ministrar cursos de Ensino Fundamental e Médio à distância em outros Estados da Federação.
Parecer CNE/CEB nº 41/2002, aprovado em 02 de dezembro 2002	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.
Parecer CNE/CEB nº 25/2008, aprovado em 2 de dezembro de 2008	Consulta se os recursos do FUNDEB podem ser aplicados em programas de formação à distância para a Educação de Jovens e Adultos no nível do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.
Parecer CNE/CES nº	Solicita informações sobre cursos de Educação Superior à distância.

14/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006	Parecer CNE/CES nº 241/2006, aprovado em 4 de outubro de 2006 - Consulta sobre o procedimento necessário para a oferta de curso de pós-graduação lato sensu a distância.
--	--

Parecer CNE/CEB nº 31/2004, aprovado em 6 de outubro de 2004	Curso Normal de nível médio, na modalidade à distância.
--	---

Fonte: (SISTEMA DE REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, 2015)

Atualmente o Ministério da Educação, criado em 1930 no governo de Getúlio Vargas, apresenta-se como o órgão legislativo de maior representatividade no cenário educacional brasileiro, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de educação; II - educação infantil; III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; IV - avaliação, informação e pesquisa educacional; V - pesquisa e extensão universitária; VI - magistério; e VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

O Sistema regulador do Ensino Superior (e-MEC) é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, são efetivados pelo e-MEC.

A tabela 1 apresenta o número de instituições de formação superior ativas, que oferecem cursos na modalidade EaD, no primeiro semestre de 2015 em todo território nacional:

**Tabela 1 Distribuição de instituições por Estado**

Estado	Número de Instituições
Acre	5
Alagoas	9
Amazonas	6
Amapá	5
Bahia	18
Ceará	6
Distrito Federal	11
Espírito Santo	13
Goiás	11
Maranhão	9
Minas Gerais	16

Mato Grosso do Sul	12
Mato Grosso	12
Pará	11
Paraíba	07
Pernambuco	07
Piauí	06
Paraná	11
Rio de Janeiro	11
Rio Grande do Norte	08
Rondônia	08
Roraima	05
Rio Grande do Sul	10
Santa Catarina	12
Sergipe	07
São Paulo	17
Tocantins	09
Total:	262

Fonte: (SISTEMA DE REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, 2015)

Para ofertar seus cursos as IES que são sediadas nesses Estados utilizam pólos de educação a distância, ou pólo de apoio presencial, que são estruturas geralmente menos estruturadas que os *Campus* Universitários, conforme definição do MEC o pólo de EaD pode ser definidos por:

Local devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. É no pólo que o estudante terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, tele aulas, avaliação (provas, exames, etc.) e poderá utilizar toda a infra-estrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e/ou participantes do respectivo processo de formação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Em relação as duas ultimas décadas os dados apresentam uma expansão do ensino superior na modalidade EaD em média dobrada em relação aos cursos oferecidos nas modalidades presencial e semipresencial, fruto da ação política de privatizações. De forma panorâmica a partir do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso as políticas de privatização vem ganhando força com ampla expansão de investimentos no setor privado.

Durante esse período as políticas públicas para expansão da EaD, tem seguido em determinada lógica de aproximação às recomendações das instituições capitalistas de livre comércio e minimização do Estado, que podem ser pautadas em dois eixos principais:

Manutenção e aprofundamento do setor privado mercantil como hegemônico no setor, fortalecendo novos nichos de mercado para o

capital. Utilização da modalidade de EaD como estratégia para a ampliação de acesso de camadas da população a este nível de ensino, das estatísticas educacionais e do consenso em torno de um projeto societário baseado em uma sociabilidade individualista e voltada para atender às necessidades mercantis (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 15).

Nesse sentido o Estado brasileiro tem corroborado para o sucateamento das instituições públicas federais, que apesar de sofrerem os impactos da redução de recursos, geralmente, contam com um corpo docente melhor qualificado, com plano de carreira e qualificação permanentes, contudo “ainda são relativamente favoráveis e condizentes com o propugnado pelas diretrizes curriculares da ABEPSS” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 21).

Na modalidade EaD os cursos de Pedagogia, Administração e Serviço Social, apresentam índices de matrícula superior aos demais. Devido ao barateamento dos custos de contratação de profissionais, infra-estrutura, equipamentos, material de apoio, que exige pouco investimento e rápida lucratividade, esses são os cursos de graduação mais explorados comercialmente.

### **2.3 Os impactos da formação a distância na categoria profissional.**

Os principais apontamentos da categoria relativos à formação EaD convergem para um processo de mercantilização do ensino, na perspectiva do “Estado mínimo”, em que se insere a formação profissional em Serviço Social. Em um amplo cenário de privatizações, valorização do capital médio, fusão de capitais e créditos estrangeiros, principalmente, da educação de nível superior nas últimas décadas.

Atualmente o número de oferta de vagas na EaD para o ensino superior tem superado o número de ofertas em outras modalidades de graduação. Como as instituições de ensino que oferecem essa modalidade não necessitam de grandes conjuntos compostos de salas de aula, secretarias, auditórios, etc., utilizam-se pólos de apoio.

Os pólos de apoio, que são estruturas independentes, podem oferecer alocação a mais de uma IES para acompanhamento de diversos cursos, em determinadas localidades o número de cursos oferecidos em pólos pode ultrapassar o número de ofertas em cursos presenciais e semipresenciais.

A tabela 2 apresenta o número de cursos de formação em Serviço Social, ativos, oferecidos na modalidade EaD, no primeiro semestre de 2015 em todo o território nacional:

**Tabela 2 Distribuição de cursos por Estado**

Estado	Número de Cursos
Acre	13
Alagoas	31
Amazonas	29
Amapá	09
Bahia	223
Ceará	63
Distrito Federal	39
Espírito Santo	90
Goias	117
Maranhão	31
Minas Gerais	283
Mato Grosso do Sul	87
Mato Grosso	118
Pará	88
Paraíba	27
Pernambuco	71
Piauí	32
Paraná	180
Rio de Janeiro	109
Rio Grande do Norte	87
Rondônia	33
Roraima	07
Rio Grande do Sul	153
Santa Catarina	77
Sergipe	43
São Paulo	810
Tocantins	30
Total:	2880

Fonte: (SISTEMA DE REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, 2015)

As críticas incidem sobre a precarização da formação discente; quanto à precarização do exercício profissional das/os Assistentes Sociais. Os itens de maior destaque dentre os problemas apresentados se referem à supervisão de estágio, tutoria, equipe técnica, professores, relação de ofertas de vagas por região, por instituição, por adesão, vagas preenchidas e desistências.

É importante salientar que, desde o ano de 2000, as entidades representativas da categoria – Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO - já vêm realizando debates e discussões acerca das mudanças no ensino superior que provocam seu aligeiramento e precarização (Revista Temporalis, n. 1). Conseguimos, durante este período, resistir, por exemplo, aos cursos sequenciais. A partir de 2005, com a expansão do EaD, consolida-se uma unidade de posicionamento entre as entidades nacionais de serviço social, que manifestaram, em 2006, por meio de nota pública, uma posição contrária à im-

plementação de cursos de graduação à distância na área (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 27).

O Conjunto CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, a partir de dados de Março de 2011 revelam um estado de precarização do ensino na graduação em Serviço Social. Como destaque o documento aponta para diferentes tendências ou discrepâncias entre os modelos educativos aplicados em países do primeiro mundo e dos países do terceiro mundo.

A EaD acompanha essas tendências servindo de ferramenta de apoio pedagógico de extrema importância na educação da população dos países ricos, enquanto nos países pobres, o ensino é pensado para a população pobre, em vista da formação profissional onde a democratização do ensino se apresenta como forma de conseguir um emprego. Sendo A EaD um segmento da educação para um seguimento pauperizado da população.

A outra face do processo de expansão capitalista e da EaD no Brasil tem seu foco na formação de professores, a fim de garantir índices mínimos de acesso a educação exigidos por órgãos internacionais para acesso a programas de financiamento. Segundo projeções sobre o crescimento em massa de profissionais, os dados sugerem que o número de profissionais deverá dobrar em dez anos, apesar do número de registro de profissionais nos CRESS ser um número bem inferior ao de alunos formados por ano.

Dentre uma serie de falhas apontadas pela categoria tem destaque à falta de atividades essenciais para a formação de um profissional crítico, que são adquiridas na formação acadêmica e que constam no projeto pedagógico profissional, mas que são negligenciados nos projetos pedagógicos das instituições que oferecem seus cursos na modalidade a distância.

Em alguns casos os levantamentos não identificaram documentos que identifiquem atividades de pesquisa nos pólos, configurando a ausência de pesquisa em desacordo com as diretrizes curriculares da formação em Serviço Social, disciplina fundamental na formação acadêmica de nível superior.

Turmas enormes com número de alunos elevado que dificulta a evolução e o acompanhamento dos alunos em suas atividades, comprometendo a qualidade do conteúdo apresentado e discutido durante os fóruns de bate papo e chats, avalia-

ções. Outro aspecto de atenção nesse caso é o fato de que o número de alunos que concluem o curso é muito inferior ao número de alunos matriculados.

Estágios sem supervisão acadêmica nos pólos onde não são encontradas unidades educacionais, em desacordo com as diretrizes de formação profissional como disciplina básica e essencial para o conhecimento prático do profissional, espaço de troca de experiências entre alunos, técnicos e docentes trazendo o campo profissional para discussão teórica na conjugação entre teoria e prática.

Dificuldades no acesso aos dados, ausência de respostas, respostas incompletas ou errôneas, também configuram problemas na formação de diversos alunos, que desencadeiam em perdas de prazos para entrega de trabalhos e avaliações, causando atrasos e prejuízos financeiros com o pagamento de taxas referentes a atrasos e custos agregados, tanto quanto no andamento das disciplinas.

Diretrizes curriculares em desacordo com projetos pedagógicos nas instituições que causam um empobrecimento da grade curricular com a ausência de conteúdos inerentes a formação, ou apresentação de disciplinas que não constam nas diretrizes curriculares do curso em desarmonia com o projeto profissional.

Perfil da tutoria em desacordo com os instrumentos regulatórios do exercício e formação, que leva a precarização do trabalho pela substituição de profissional qualificado por outro tipo de profissional de nível inferior com aplicação de menores salários e contratos precários de trabalho.

Não credenciamento das instituições que oferecem graduação em nível superior em Serviço Social que não cumprem os requisitos mínimos para oferta do curso, mas, que mantém seus pólos em funcionamento apesar das restrições dos órgãos legais.

Numero excessivo de estagiários em relação ao numero de supervisores de campo, ou profissionais supervisionando estagiários em mais de uma instituição simultaneamente, e mesmo a ausência de supervisão acadêmica e de campo, configuram alguns dos diversos problemas encontrados em relação ao processo obrigatório de estagio. Diante da ausência de supervisão de estágio, em alguns casos, a responsabilidade de abertura de campo foi atribuída apenas ao estudante.

Outras irregularidades apontadas pela categoria se referem ao local e condições de funcionamento dos pólos EaD, que não oferecem infra-estrutura adequada, com forte instabilidade e fragilidade administrativa nos pólos, sem a existência de bibliotecas e laboratórios de informática e Infraestrutura material precária sem manutenção, zeladoria e técnicos para laboratórios e bibliotecas.

### 3 CAPÍTULO III – O QUE DETERMINA A ESCOLHA PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SERVIÇO SOCIAL?

#### 3.1 Metodologia de pesquisa

Desde os primórdios da humanidade, o *Homo Sapiens* se preocupou em buscar respostas aos fenômenos que marcam sua existência. Durante os séculos passados a filosofia e a religião se tornaram instrumentos importantes para essa busca de sentidos da trajetória humana.

Atualmente, para os mais céticos, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, Marx (1978) afirma que a ciência se apropria da totalidade do social pelo pensamento, por abstrações conceituais que se debruçam sobre o concreto durante seu processo histórico, as ciências humanas foram se diferenciando das ciências naturais, buscando uma maior aproximação da realidade dos sujeitos, das suas relações, considerando procedimentos metodológicos de pesquisa quantitativos e qualitativos, superando a imobilidade dos cientistas na interação com o sujeito de pesquisa, e assim ampliando suas bases de estudo:

As pesquisas em ciências humanas são alicerçadas em uma variedade de tradições filosóficas, epistemológicas, e metodológicas que revelam a atividade do sujeito cognoscente no processo de conhecimento, no historicismo, na dialética, na filosofia da existência, na fenomenologia (MARTINELLI, 2011, p. 36).

A pesquisa quantitativa, de matriz positivista serviu durante um longo período para realizar pesquisas que foram, e ainda são, importantes para o desenvolvimento das ciências sociais, “[...] importantes para dimensionar os problemas com os quais trabalhamos, para nos trazer grandes retratos da realidade [...]” (MARTINELLI, 2011, p. 22).

Com o advento da pesquisa qualitativa novas bases foram criadas para ampliar os estudos sociais, porém, o método qualitativo não exclui a pesquisa quantitativa, e sim, instaura outra linha de análise que pode ser complementar aos dados objetivos, trazendo a tona outros aspectos da realidade que não podem ser quantificáveis nas suas aplicações fundamentais, trabalha com o universo dos significados,

dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2011).

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada por seus semelhantes (MINAYO, 2011, p. 21).

A metodologia qualitativa de pesquisa segue alguns pressupostos específicos, a fim de atingir um resultado eficaz. Estes passos são nas palavras de Martinelli,

[...] alguns pressupostos muito importantes que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisa [...]. Um primeiro pressuposto é o reconhecimento da singularidade do sujeito [...] o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito [...] e o terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (MARTINELLI, 2011, p. 23-24).

Portanto esse tipo de pesquisa tem como finalidade uma maior aproximação à realidade vivida pelos sujeitos, observando atentamente suas particularidades, suas relações sociais, sua experiência em sociedade, considerando seus aspectos mais singulares e mais amplos, também, considera a participação do sujeito no processo de construção do conhecimento, não mais de forma neutra, também como protagonista, e:

[...] tem por objetivo evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que esta sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mais é também, o que o sujeito tem a me dizer a respeito [...] (MARTINELLI, 2011, p. 23-24).

Na “pesquisa qualitativa, a interação entre pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial”, assim o sujeito torna-se parte importante da pesquisa, pois não se trata apenas do tratamento de cobaias humanas que serviram para testes de laboratório, nesse caso, são convidadas a refletirem sobre sua realidade, e ao refletir sobre a sua realidade se faz parte pensante da sua construção (MINAYO, 2011, p. 63).

Para que aja uma maior aproximação ao objeto de estudo, compreende-se que se faz necessário um contato amplo e direto entre o pesquisador e o narrador,

uma aproximação que vá além das superficialidades, mas que busquem dentro dessa interação aprofundar quanto mais à cumplicidade entre ambos.

Os instrumentos utilizados nesse processo que auxiliaram na aproximação do contexto pesquisado, em si complexos, necessitam superar os entraves que obscurecem e mutilam a análise crítica.

Os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem mutuamente, em diversas fases da pesquisa podem servir de aporte um ao outro, desde o seu planejamento, na coleta de dados ou nas análises da informação coletada.

Para execução dessa pesquisa será adotado como método de abordagem o estudo descritivo que procura expor o fenômeno como é, suas características como tal, investigando grupos ou indivíduos em uma situação específica que possa ser enquadrada como categoria de análise. “Esse tipo de estudo deve ser realizado quando o pesquisador deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciem sobre determinado fenômeno” (RICHARDSON, 1999, p. 71).

O estudo descritivo permite identificar as características do fenômeno, a ordenação e classificação dos dados e sua correlação entre variáveis e do modo pela qual as variáveis estão operando. Para tanto considera como objeto de estudo uma situação específica e podem indicar fatores que podem ser testados em outros estudos.

Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como a percentual média, desvio padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Como ferramenta de descrição será utilizada a abordagem quantitativa, utilizada amplamente em projetos de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, sem a pretensão de esgotamento do assunto representa a intenção de garantir resultados com margens de segurança confiáveis e assim evitar distorções: “Frequentemente aplicada nos estudos descritivos, tem como objetivos descobrir e classificar a relação entre variáveis, investigar a relação de causalidade entre fenômenos” (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Como método de procedimento para construção da análise, interpretação, explicação e especificação das representações e relações do grupo estudado será utilizado o procedimento comparativo, que visam à construção de tipos, modelos, esquemas e ligação com a teoria a fim de fornecer uma descrição quantitativa da sociedade e a condicionar os fenômenos a termos quantificáveis, que é também método de experimentação e prova.

O método comparativo para melhor entendimento do comportamento humano “[...] realiza comparações com a finalidade de verificar similaridades e explicar divergências...” Utilizado para comparações de grupos em diferentes épocas e estágio de desenvolvimento. Ocupa-se da explicação dos fenômenos analisando dados concretos. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 89).

Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: num estudo descritivo “pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura[...] nas classificações, permite a construção de tipologias... em nível de explicação [...] pode apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes”. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 90).

### **3.2 Abordagem paradigmática**

A abordagem paradigmática para a elaboração da pesquisa se realizara sob a corrente histórica, dialética, de matriz Marxista.

### **3.3 Estratégias de pesquisa**

Como instrumento de coleta de dados será empregado a técnica de questionário estruturado. É um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 184).

Quanto ao tipo de pergunta pode ser elaborado sobre três categorias: questionários de perguntas abertas, fechadas, ambos os tipos. Para o presente trabalho

será utilizado o questionário de categoria fechada, onde as alternativas de resposta devem ser exaustivas e excludentes.

Os questionários de perguntas fechadas apresentam três tipos de alternativas: dicotômicas, com respostas múltiplas ou, hierarquizadas.

Supondo que os entrevistados conheçam a temática tratada no questionário de pesquisa, serão aplicadas questões do tipo dicotômica, em que as perguntas apresentam alternativas de respostas fixas, que permitam ao entrevistado responder a alternativa que lhe convém. Segundo (MARCONI e LAKATOS, 2010) Há duas formas de fazer perguntas dicotômicas: a primeira seria indicar uma das alternativas, ficando implícita a outra; a segunda, apresentar as duas alternativas para a escolha.

A aplicação de questionários em diferentes tipos de pesquisa tem como função obter informações específicas para descrever as características de um indivíduo ou grupo e medir determinadas variáveis, podem conter perguntas unidirecionais ou múltiplas.

Quanto a sua Classificação pode ser representado, também, pelo modo de aplicação do questionário: Há fundamentalmente três modalidades usuais: entrevista pessoal, entrevista por telefone ou questionário auto preenchido.

No caso do questionário auto preenchido, existem várias formas de enviar e receber de volta o questionário: pessoalmente (entrega e recolhimento), correio/fax, jornais/revistas (recolhimento pelo correio ou urnas), acompanhando o produto (recolhimento pelo correio) e colocado à disposição (recolhimento através de urna) (VASCONCELLOS e GUEDES, 2015, p. 4).

Para se obter maior agilidade na aplicação e tabulação dos dados, flexibilidade e contenção de custos será utilizado o meio eletrônico através da internet como ferramenta de contado para envio e recebimento dos dados. O questionário eletrônico é aquele que utiliza meio eletrônico para sua aplicação (VASCONCELLOS e GUEDES, 2015). A aplicação através da Internet para coleta pode ser praticada por envio por e-mail no corpo da mensagem, por arquivo anexo ou por página da Internet. A ferramenta priorizada nesse trabalho será o *Google Drive*.

### **3.4 Apresentação do campo e sujeitos de pesquisa**

Alunos regularmente matriculados e frequentando as aulas do curso de serviço social na modalidade EAD, da Universidade de Santo Amaro (UNISA), no Campus III.

### **3.5 Construção dos dados em campo**

Como instrumentos de amostragem e seleção, codificação e tabulação dos dados serão utilizadas, planilhas, gráficos e tabelas. O trabalho de construção dos dados deverá seguir as etapas seguintes.

Após o recebimento de um número satisfatório de questionários respondidos pelos alunos de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro (UNISA) na modalidade EAD (Sujeitos de pesquisa), os números obtidos através de suas escolhas serão manipulados para análise seguindo os seguintes procedimentos:

1 Tabulação dos dados: Os dados obtidos serão registrados em planilha eletrônica utilizando o aplicativo Microsoft Excel. Na planilha deverá constar o número de questionários aplicados, o número de questionários respondidos e os não respondidos, a descrição das respostas dos questionários respondidos, o registro e a somatória das alternativas escolhidas e as preteridas.

2 Representação dos dados: As informações codificadas através da planilha eletrônica serão representadas através de gráficos eletrônicos do aplicativo Microsoft Office. No gráfico deverá constar através de representações gráficas: a) A porcentagem de questionários aplicados, respondidos e preteridos; b) A porcentagem de questões respondidas e preteridas; c) A porcentagem de preferência por itens de resposta.

3 Representação dos temas abordados: Após a quantificação dos dados, as informações obtidas serão codificadas em áreas temáticas e representadas conforme a relevância dada pelos sujeitos de pesquisa.

### 3.1.1 Análise e interpretação dos dados construídos

Para o tratamento das informações coletadas será utilizado o tipo de amostragem probabilística sistemática, que permite que cada membro da população pesquisada tenha a mesma probabilidade de ser escolhido, o que permite um tratamento “[...] que possibilita compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e significância da amostra [...]” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 207).

Os procedimentos de amostragem probabilística devem cumprir ao menos quatro critérios: quatro critérios.

Deve ser possível definir o conjunto de amostras distintas que o procedimento é capaz de selecionar. Cada amostra possível tem uma probabilidade conhecida de seleção.

1 As amostras são selecionadas por um processo aleatório no qual cada amostra tem a mesma probabilidade de ser selecionada.

2 O método para calcular a estimativa deve conduzir a uma estimativa única para qualquer amostra específica.

3 Os procedimentos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relação entre si.

4 A análise de conteúdo que permite uma descrição sistemática e objetiva do conteúdo e, metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos, conduzindo a descrições sistemáticas qualitativas e quantitativas, cumprem cinco etapas: 1- preparação das informações; 2 - transformação do conteúdo em unidades; 3 - classificação das unidades em categorias; 4 – descrição; 5 - interpretação.

#### 4 CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Como primeira abordagem ao assunto foi desenvolvido projeto de pesquisa contendo os itens padrão que definiram o tema, os objetivos, o problema e as hipóteses, tanto quanto o método de pesquisa. Em uma segunda abordagem foram selecionadas obras para uma abordagem inicial ao tema.

Após abordagem inicial foi definido junto ao orientador os tópicos principais que deram corpo a pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico e a metodologia da pesquisa. Durante o processo de orientação pesquisador e orientador trabalharam juntos na construção do conteúdo do trabalho. Em sala de aula foi trabalhado junto a professora da disciplina a formatação e linhas gerais do trabalho.

A partir da definição da metodologia de pesquisa, foram selecionadas questões para compor o questionário e a construção do instrumental junto ao orientador.

A pesquisa contendo vinte e duas questões fechadas e uma questão aberta, foi realizada entre os dias quatro e dezoito do mês de Maio de 2015, contou com a participação de noventa e oito alunos(as) que estão vinculadas a cursos de Serviço Social oferecidos pela Universidade de Santo Amaro na modalidade EaD em todo o território nacional, que puderam expor as razões pelas quais optaram por essa modalidade de educação.

O *Google Drive* formulário *on-line*, foi utilizado como ferramenta para aplicação do questionário e se mostrou eficaz pela abrangência de cobertura, possibilidades de manipulação dos dados tanto pelo pesquisador quanto pelos entrevistados e pela rapidez de respostas e pela praticidade de manipulação dos dados.

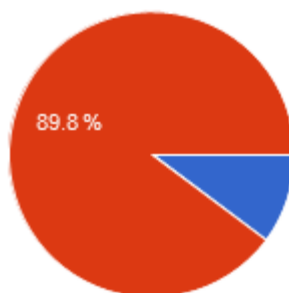
O modo de acesso e o tempo de resposta as questões, tanto quanto a compreensão dos temas propostos foram submetidos à pré-teste realizado no dia dezoito de Maio de 2015, junto a alunos do curso de Serviço Social e voluntários selecionados aleatoriamente, que também contribuíram com intervenções de maior relevância.

Após a aplicação da pesquisa foi realizado o tratamento dos temas, conforme destaque na metodologia de pesquisa, selecionado os dados de maior relevância e o detalhamento do perfil dos entrevistados conforme dados a seguir:

#### 4.1 Perfil geral dos(as) entrevistados

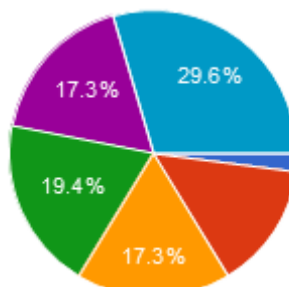
Os indicadores do perfil geral dos(as) alunos(as) entrevistados são: Gênero, faixa etária, cor, estado civil, filhos(as), quantidade de filhos(as), idade dos filhos(as), principal responsável financeiro pela família.

##### Gráfico 1 - Perfil Geral: Gênero



Os dados mostram que dentre os alunos(as) entrevistados(as) à predominância de pessoas que se declaram do gênero feminino (89,8%), em detrimento a pessoas que se declaram do gênero masculino (10,2%), confirmando a tendência histórica da profissão<sup>1</sup>, porém, o número de pessoas do gênero masculino na pesquisa ultrapassa o percentual de 7% (maior índice registrado) de assistentes sociais atuantes na região Sudeste e o percentual de 1% (menor índice registrado) na região Sul, que supõe maior presença masculina em formação na modalidade EaD. Em relação à faixa etária, o perfil é o seguinte:

##### Gráfico 2 - Perfil Geral: Faixa Etária



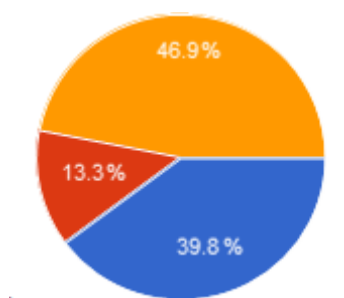
---

<sup>1</sup>Assistentes Sociais no Brasil Elementos para o estudo do perfil profissional, Realização: Universidade Federal de Alagoas - UFAL Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS Maio de 2005, disponível em: [http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas\\_edicaovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf).

Os dados mostram que 29,6% dos entrevistados declaram possuir idade superior a quarenta anos, enquanto que 19,4% dos alunos declaram possuir idade entre trinta e um e trinta e cinco anos, 17,3% declaram possuir idade entre trinta e seis e quarenta anos, 17,3% declaram possuir idade entre vinte e seis e trinta anos, 14,3% declaram possuir idade entre vinte e um e vinte e cinco anos, enquanto apenas 2% declaram possuir idade entre dezesseis e vinte anos.

Os índices apresentado aproxima-se ao perfil dos profissionais em atuação sendo que 25% de profissionais em atuação possuem idade entre 45 a 59 anos, 38% possuem entre 35 a 44 anos e 30% possuem idade entre 25 e 34 anos, sem a presença de pessoas com idade abaixo dos vinte anos. Em relação à cor, o perfil é o seguinte:

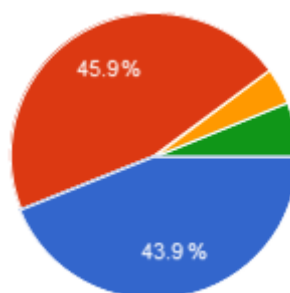
**Gráfico 3 - Perfil Geral: Cor**



Os dados mostram que 46,9% dos entrevistados se declaram de cor parda, 39,8% se declaram de cor branca e 13,3% se declaram de cor preta, sendo que entre os profissionais em atuação o índice de brancos é de 72,1% e o número de profissionais de cor preta é de 20,3%.

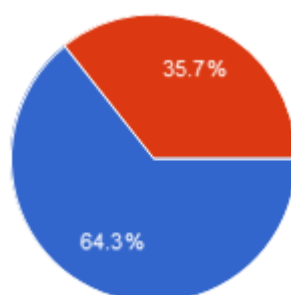
Na comparação dos índices podemos observar um crescimento acentuado do número de pessoas que se declaram de cor parda em detrimento de brancos, com diferença em média de 32%, e negros 7% respectivamente. Em relação ao estado civil o perfil é o seguinte:

**Gráfico 4 - Perfil Geral: Estado civil**



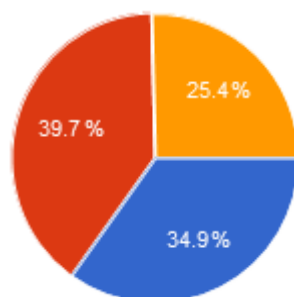
Os dados mostram que 45,9% dos entrevistados(as) se declaram casados(as) legalmente, enquanto o número de profissionais casados(as) em atuação é de 53%, o índice de entrevistados que se declaram solteiros(as) é de 43,9%, enquanto o número de profissionais que se declaram solteiros(as) é de 47%. Segundo levantamento os índices entre estudantes entrevistados e profissionais em atuação é similar com diferença entre os(as) casados de 7% e de solteiros(as) é de 4%. Ainda 6,1% dos alunos entrevistados se declaram divorciados(as) e 4,1% se declaram separados(as). Em relação à posse de filhos o perfil é o seguinte:

#### **Gráfico 5 - Perfil Geral: Têm Filhos(as)**



Os dados mostram que 64,3% dos alunos(as) entrevistados(as) declaram ter filhos(as), o índice de profissionais em atuação que possuem filhos é de 56%, enquanto 35,7% dos alunos entrevistados declaram não ter filhos(as), aproximadamente 8,3% a mais do que os profissionais em atuação que não possuem filhos (44%). Em relação ao número de filhos(as) o perfil é o seguinte:

#### **Gráfico 6 - Perfil Geral: Quantidade de filhos(as)**



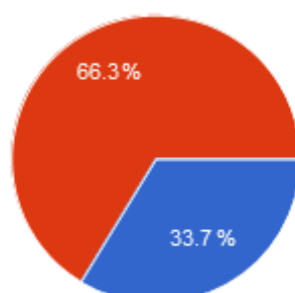
Os dados mostram que 39,7% dos alunos entrevistados(as) declaram ter dois filhos(as), enquanto os(as) profissionais em atuação que declaram possuir dois filhos é de 24%, em seguida 34,9% dos alunos entrevistados declaram ter um filho(a), dos profissionais em atuação 20% declaram possuir apenas um filho(a), 25,4% dos alunos entrevistados declaram ter mais de dois filhos, enquanto dos profissionais em atuação 12% possuem três filhos ou mais. Em relação à idade dos filhos(as) o perfil é o seguinte:

**Gráfico 7 - Perfil Geral: Idade dos filhos(as)**



Os dados mostram que 58,7% dos(as) alunos(as) entrevistados declaram ter filhos(as) com idade superior a doze anos, enquanto 50,8% declaram ter filhos com idade entre seis e onze anos e 20,6% declaram ter filhos com idade inferior a cinco anos, o que demonstra que a maioria dos alunos entrevistados declara possuir filhos com idade superior a cinco anos e adolescentes. Em relação ao principal responsável financeiro da família o perfil é o seguinte:

**Gráfico 8 - Perfil Geral: Principal responsável financeiro da família**



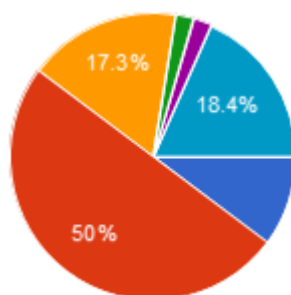
Os dados mostram que 66,3% dos alunos entrevistados declaram não ser arrimo de família, enquanto 33,7% dos entrevistados declaram ser arrimo de família, o que demonstra que a maioria dos(as) alunos(as) são dependentes financeiramente.

Os dados levantados demonstram que o perfil geral dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social na modalidade EaD, é de mulheres, com idade média acima dos trinta anos, divididas entre brancas e pardas e solteiras e casadas, com um ou dois filhos(as) e idade superior a cinco anos e também adolescentes, dependentes financeiramente de outros membros da família.

## 4.2 Relações de trabalho

Os indicadores de relações de trabalho dos(as) alunos(as) entrevistados são: Renda mensal individual, renda mensal familiar, atividade profissional, tipo de instituição de trabalho, carga horária de trabalho.

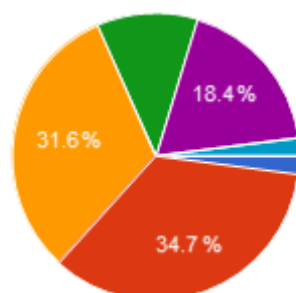
### Gráfico 9 - Relações de trabalho: Renda mensal individual



Os dados mostram que 50% dos alunos entrevistados declaram possuir renda individual entre um e dois salários mínimos, índice similar a renda individual de 45,19% de assistentes sociais em atuação; respectivamente 18,4% dos entrevistados declaram não possuir renda, enquanto 15,68% dos profissionais também declaram não possuir renda; dos alunos entrevistados 17,3% declaram possuir renda entre dois e três salários mínimos, 20,54% dos profissionais tem renda similar; entre os estudantes apenas 2% declaram possuir renda entre três e quatro salários mínimos e 2% declaram possuir renda acima de quatro salários mínimos. Para os profissionais 18,59% tem salários acima de quatro salários.

Os índices evidenciam que entre estudantes e profissionais a grande maioria tem renda mensal individual entre um e dois salários mínimos, porém a diferença entre os que têm renda acima de quatro salários é de aproximadamente 16% em favor dos profissionais. Em relação à renda mensal familiar o perfil é o seguinte:

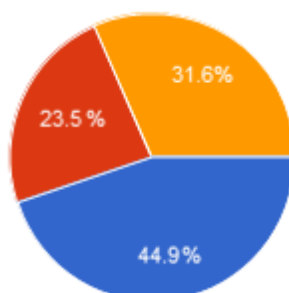
**Gráfico 10 - Relações de trabalho: Renda mensal familiar**



Os dados mostram que 34,7% dos alunos entrevistados declaram possuir renda familiar entre um e dois salários mínimos; para os assistentes sociais o índice é de 37,12%; respectivamente entre os alunos entrevistados 31,6% declaram possuir renda familiar entre dois e três salários mínimos; 18,4% declaram possuir renda familiar acima de quatro salários mínimos; 11,2% declaram possuir renda familiar entre três e quatro salários mínimos; 2% declaram possuir renda familiar menor de um salário mínimo e 2% declaram não possuir renda familiar.

Pode-se perceber que a renda familiar tanto dos estudantes entrevistados quanto das(os) assistentes sociais é similar e maior do que a renda individual, o que pode evidenciar a diferença de salários entre homens e mulheres em detrimento das trabalhadoras. Em relação às atividades profissionais o perfil é o seguinte:

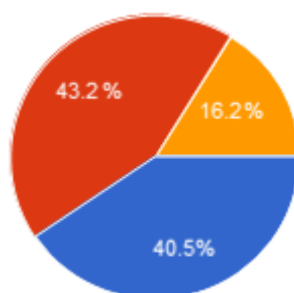
**Gráfico 11 – Relações de trabalho: Atividades profissionais**



Os dados mostram que entre os estudantes entrevistados 44,9% declaram

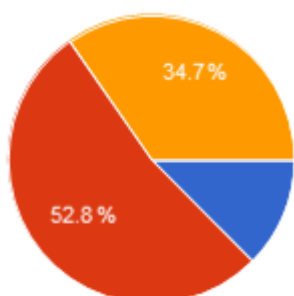
desenvolver atividades operacionais, enquanto 23,5% declaram desenvolver atividades de liderança e 31,6% declaram não desenvolver atividade profissional. O alto índice de entrevistados que desenvolvem atividades operacionais e/ou não desenvolvem atividade profissional (76,5%) pode estar relacionado ao alto índice de pessoas e famílias com renda entre um e dois salários mínimos. Em relação ao tipo de instituição de trabalho o perfil é o seguinte:

### Gráfico 12 - Relações de trabalho: Tipo da instituição de trabalho



Os dados mostram que 43,2% dos alunos entrevistados declaram trabalhar em instituições de natureza pública enquanto entre os assistentes sociais se confirma a tendência histórica de inserção na esfera pública estatal (78,16%) no nível nacional; 40,5% dos entrevistados declaram trabalhar em instituições de natureza privada, enquanto entre os profissionais, as empresas privadas empregam mais assistentes sociais (13,19%) do que as instituições do Terceiro Setor (6,81%); Também 16,2% dos estudantes entrevistados declaram serem trabalhadores autônomos. Em relação à carga horária de trabalho o perfil é o seguinte:

### Gráfico 13 - Relações de trabalho: Carga horária de trabalho



Os dados mostram que 52,8% dos alunos entrevistados declaram ter carga horária entre trinta e quarenta horas semanais, índice similar (50,7%) ao de profissionais que tem carga horária de trabalho entre trinta e quarenta horas;

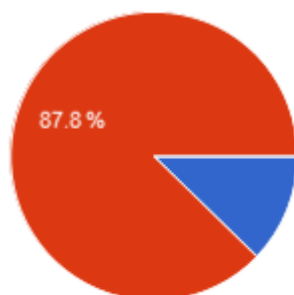
34,7% dos alunos declaram ter carga horária acima de quarenta horas semanais, enquanto entre os profissionais o índice é bem inferior (8%); em menor número (12,5%) dos alunos declaram ter carga horária menor que trinta horas.

Os dados levantados demonstram que o perfil das relações de trabalho dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social na modalidade EaD é de pessoas que desenvolvem atividades operacionais, com renda individual e familiar entre um e dois salários mínimos, atuando em instituições públicas e/ou privadas, com carga horária entre trinta e quarenta horas.

### 4.3 Militância Política

Indicador de participação política dos(as) alunos(as) entrevistados: Participação em militância social por meio de partidos políticos ou movimentos sociais

#### Gráfico 14 – Participação política: Participação em militância social por meio de partidos políticos ou movimentos sociais



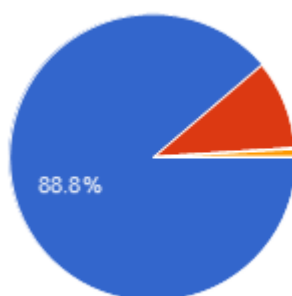
Os dados mostram que 12,2% dos alunos entrevistados declaram ser militantes, enquanto 32% das(os) assistentes sociais participam de atividade política; o índice de alunos que não participam de atividades políticas é de 87,8%.

Os índices apresentados demonstram baixa adesão, tanto dos alunos entrevistados quanto de profissionais em militância política.

#### 4.4 Formação escolar

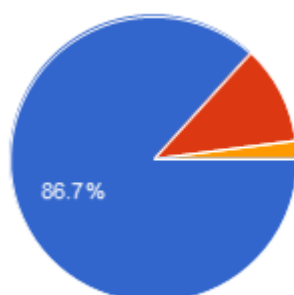
Os indicadores de formação escolar dos(as) alunos(as) entrevistados são: Natureza da instituição na qual os entrevistados cursaram o ensino fundamental, Natureza da instituição na qual os entrevistados cursaram o ensino médio, Trimestre atual dos entrevistados.

**Gráfico 15 - Formação escolar: Natureza da instituição na qual os entrevistados cursaram o ensino fundamental:**



Os dados mostram que 88,8% dos alunos entrevistados declaram ter cursado o ensino fundamental em instituição pública; enquanto 10,2% declaram ter cursado o ensino fundamental em instituição privada; e 1% declaram ter cursado o ensino fundamental em instituição privada com bolsa. Em relação à natureza da instituição na qual os entrevistados cursaram o ensino médio o perfil é o seguinte:

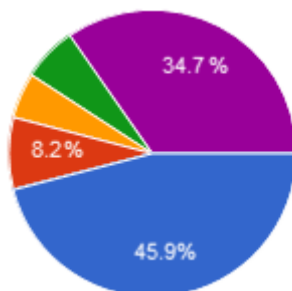
**Gráfico 16 - Formação escolar: Natureza da instituição na qual os entrevistados cursaram o ensino médio:**



Os dados mostram que 86,7% dos alunos entrevistados declaram ter cursado o ensino médio em instituição pública; enquanto 11,2% declaram ter cursa-

do o ensino médio em instituição privada; e 2% declaram ter cursado o ensino médio em instituição privada com bolsa de estudos. Em relação ao trimestre atual dos entrevistados o perfil é o seguinte:

**Gráfico 17 - Formação escolar: Trimestre atual dos entrevistados**

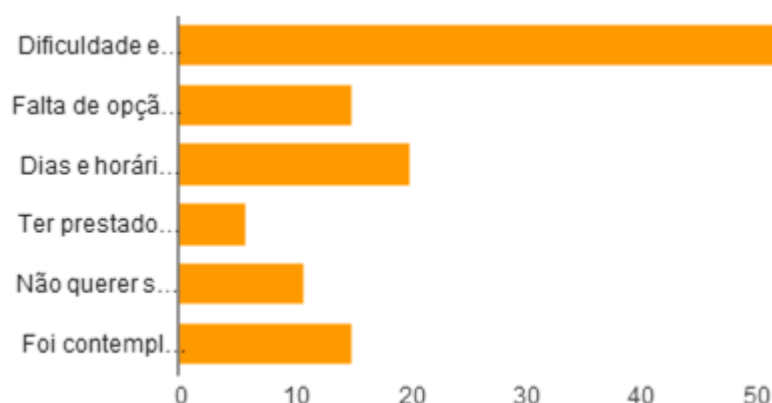


Os dados mostram que 45,9% dos alunos entrevistados declaram cursar o primeiro trimestre; 34,7% declaram cursar o décimo terceiro trimestre; 8,2% declaram cursar o quinto trimestre; 6,1% declaram cursar o nono trimestre; 5,1% declaram cursar o oitavo trimestre.

#### **4.5 Argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro**

Os indicadores de argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro são: Motivos de escolha dos entrevistados pela modalidade EaD, Vantagens encontradas pelos entrevistados ao cursar a modalidade EaD, Dificuldades encontradas pelos entrevistados ao cursar a modalidade EaD, Distância entre a residência dos entrevistados e o pólo de estudo, Municípios dos entrevistados de residência:

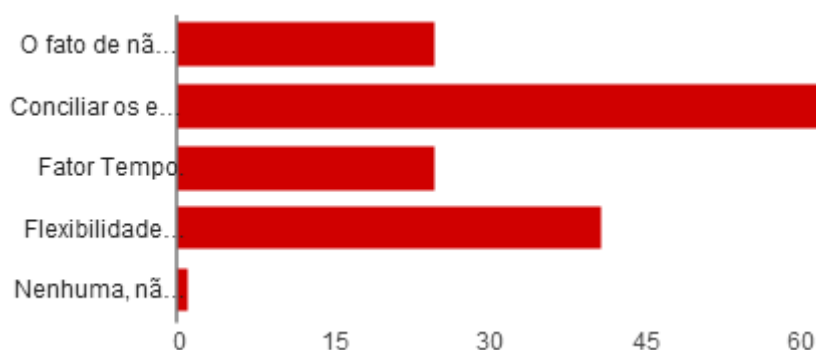
#### **Gráfico 18 - Argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro: Motivos de escolha dos entrevistados pela modalidade EaD.**



Os dados mostram que 60,2% dos alunos entrevistados declaram ter dificuldade em conciliar os estudos com a família e/ou trabalho, esse índice apresenta-se três vezes maior (20,4%) dos alunos que declaram dias e horários das aulas incompatíveis com o tempo disponível como principal dificuldade, 15,3% declaram falta de opção de curso presencial no Município, 15,3% declaram ter sido contemplado com bolsa de estudos para EaD, 11,2% declaram não querer se deslocar em função do tempo e 6,1% que declaram ter prestado vestibular em outra instituição ou curso e não ter conseguido passar.

O índice demonstra que a carga horária de trabalho apresentada no gráfico 13 pode ter influência direta pela escolha por essa modalidade de ensino. Em relação às vantagens encontradas pelos entrevistados ao cursar a modalidade EaD o perfil é o seguinte:

**Gráfico 19 – Argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro: Vantagens encontradas pelos entrevistados ao cursar a modalidade EaD:**

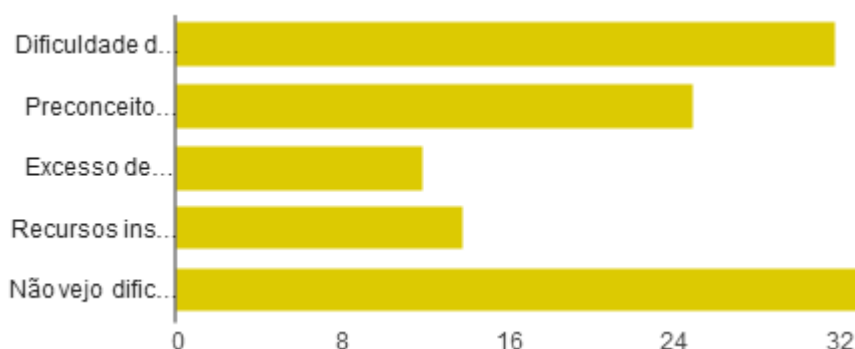


Os dados mostram que 67,3% dos alunos entrevistados declaram conciliar

os estudos com trabalho/família; enquanto 41,8% declaram flexibilidade de rotina de estudos; 25,5% declaram fator tempo; 25,5% declararam o fato de não ter aula todos os dias da semana e 1% declaram nenhuma vantagem.

O índice demonstra que a carga horária de trabalho apresentada no gráfico 13 pode ter influencia direta pela escolha por essa modalidade de ensino. Em relação às dificuldades encontradas pelos entrevistados o perfil é o seguinte:

**Gráfico 20 - Argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro: Dificuldades encontradas pelos entrevistados ao cursar a modalidade EaD?**

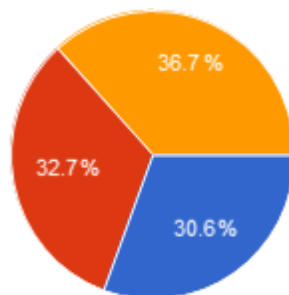


Os dados mostram que 33,7% dos entrevistados declaram não ter dificuldades; 32,7% declaram dificuldade de comunicação do pólo com a instituição; 25,5% declaram preconceito sofrido por alunos ou profissionais por estar vinculado a EaD; 14,3% Declaram recursos institucionais escassos e 12,2% declaram excesso de conteúdo e falta de tempo para se apropriar dele.

O índice demonstra que entre os(as) alunos(as) há uma paridade entre os que declaram não ter dificuldades e os que declaram problemas de comunicação com a instituição. Outro indicador relevante evidencia o preconceito sofrido por esses estudantes que optaram por essa modalidade de ensino. Em relação à distância entre a residência dos entrevistados e o pólo de estudo o perfil é o seguinte:

**Gráfico 21 - Argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro: Distância entre a residência dos entrevista-**

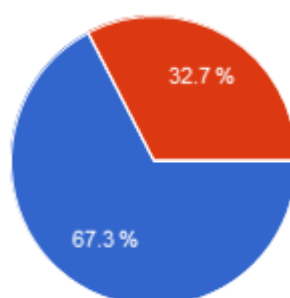
**dos e o pólo de estudo:**



Os dados mostram que 36,7% dos(as) alunos(as) entrevistados(as) declararam residir a mais de vinte e um Km de distância do pólo de estudo; 32,7% declararam residir entre dez e vinte Km de distância do pólo de estudo e 30,6% declararam residir a menos de dez Km de distância do pólo de estudos.

Os índices apontam que dois terços dos entrevistados residem próximos aos pólos de estudo, o que evidencia que a distância entre a residência dos alunos e os pólos não configuram como justificativa por essa opção de modalidade de educação à distância. Em relação ao Município de residência e o Município onde estudam o perfil é o seguinte:

**Gráfico 22 - Argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro: Municípios de residência X Município onde estuda**



Os dados mostram que 67,3% dos alunos entrevistados declaram residir no Município em que estudam e 32,7% Declaram não residir no Município em que estudam.

Os índices apontam que dois terços dos Municípios possuem pólos de estudo, porém um terço dos municípios não possuem pólos o que pode influenciar nos

problemas de comunicação entre alunos e instituição de ensino apresentados no gráfico 20.

Os dados levantados demonstram que os argumentos dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro na modalidade EaD para cursar esse tipo de modalidade de educação são: Flexibilidade de horário de estudo que facilita a conciliação entre trabalho, estudos e família e pela proximidade entre pólos e residência dos alunos. Os problemas de comunicação entre instituição e alunos e o preconceito sofrido por cursar essa modalidade de ensino, dificultando a interação entre o corpo discente, docente, representações estudantis e de classe, apresentam-se como maiores dificuldades para cursar a EaD.

#### **4.1.1 Descrição da questão aberta**

No consolidado da questão aberta foram destacados fragmentos que apresentaram maior incidência entre os comentários dos participantes, bem como os de maior aproximação a EaD:

1 Acredito que o uso da tecnologia e esse instrumento de estudo pela internet me estimulou a voltar a estudar; Essa modalidade de estudo a distância propicia inclusão a alunos assim como eu que por história de vida deixaram esse projeto adormecido; O EaD faz com que ocupemos o tempo de deslocamento, para estudar, o que tem possibilitado a muitos que querem cursar uma faculdade infelizmente o tempo se torna escasso”.

2 Uma dificuldade para estudar na modalidade a distancia é o fato de não existir comunicação com a instituição, grupos de estudo, campos de estagio, e atividades para cumprimento de horas complementares, espaço físico para alunos como por exemplo laboratórios de informática, e também, é muito difícil, nos deparamos com preconceito para quem estuda nessa modalidade.

## CONCLUSÃO

A análise dos resultados de pesquisa fornecem importantes elementos para o entendimento das questões que conduzem os alunos do Curso de Serviço Social em EaD e optarem por esta modalidade.

Os sujeitos de pesquisa são representados em 89,8% por mulheres, com idade média acima de trinta anos (66,3%), têm filhos (64,3%) com 12 anos ou mais (58,7%) e não são arrimos de família (66,3%).

Os participantes da pesquisa declaram ainda trabalhar semanalmente entre 30h e 40h (52,8%), não possuir qualquer tipo de militância social (87,8%) e residirem no mesmo município em que estudam (67,3%).

A partir dos dados acima evidenciados por meio da pesquisa de campo desenvolvida, observa-se incoerências com a proposta apresentada pelos organismos internacionais quando da proposição inicial acerca da EAD.

Sendo assim, o discurso da inclusão social amplamente difundido em detrimento da inovação tecnológica aplicada a educação, adquire contornos questionáveis em relação a seu objetivo inicial.

Ampla parcela dos sujeitos de pesquisa declaram residir no mesmo município em que estudam, o que direciona a análise dos dados ao aspecto da comodidade em estudar nesta modalidade, considerando-se os apontamentos realizados pelos sujeitos de pesquisa na questão aberta.

Sob outro ponto de vista é da imposição de regras e valores empresariais aos projetos de expansão da educação nos países pobres, o crescimento dessa modalidade de educação se apresenta como alternativa para expansão do consumo, aumento do lucro para os acionistas de grandes instituições educacionais e mesmo a formação de profissionais para o mercado de trabalho.

As características desta modalidade de formação profissional no campo do Serviço Social ressoam e adquirem concretude no processo de reprodução das relações do capital contemporâneo, sem as garantias de uma abordagem crítica dos conteúdos a partir do aspecto relacional, contribuindo possivelmente para uma formação acrítica, com uma série de defasagens que podem comprometer a prática

emancipatória das(os) assistentes sociais na construção de uma sociedade mais igualitária, tornando a atuação profissional fadada ao conservadorismo e a manutenção do status quo.

Limitações no desenvolvimento do presente estudo devem ser observadas, tais como a ausência de perguntas que poderiam contribuir de forma mais assertiva para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como, a quantidade de participantes que é pequena, considerando-se o universo de pesquisa.

Sendo assim, faz-se importante o investimento em estudos futuros que possam aferir resultados não apenas numa perspectiva quantitativa de análise, mas, numa perspectiva de observação aos elementos subjetivos de escolha pela modalidade e dos níveis de reflexão crítica quanto ao aprendizado construído.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTONIO, C. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTONIO, P. Qualidade da política públicano ensino superior no Brasil: Uma abordagem sistêmica de Indicadores. **Cereus**, Guarupí, v. 5, p. 3, Setembro 2013.
- ATAIDE, A. M. A. D. **Fundamentos históricos teóricos e metodológicos do Serviço Social II**. São Paulo, p. 35. 2012.
- BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, Setembro 2009. Disponível em: <<http://cedes.preface.com.br/items/items/view/issue/81>>. Acesso em: 24 Abril 2015.
- CAMPOS, P. **O Serviso Social**. São Paulo: Sala, 2015.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A Era da informação: Econômia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, v. I, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e o Serviço Social**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, p. 34. 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a inompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, v. 2, 2014.
- FARIA, A. A. **O instituto universal brasileiro e a gênese da educação à distância no Brasil**. Universidade Tuiuti do Parana. Curitiba, p. 156. 2010.
- FERREIRA, A.; BITTAR, M. <http://www.scielo.br/>. <http://www.cedes.unicamp.br>, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>>. Acesso em: 01 Junho 2015.
- FERREIRA, N. M. Paz e Amor na Era de Aquário: a Contracultura nos Estados Unidos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Uberlândia, v. 33, p. 307, junho 2005.
- GADOTTI, M. Perspecticas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 1, p. 14, Fevereiro 2000.
- GROOSSI, P. K. **Mercantilização da política de educação: o processo de tnsformação do direiro em mercadoria**. [S.l.].
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. D. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LILIANA, V.; ASCENÇÃO, L. F. [www.ead.fea.usp.br](http://www.ead.fea.usp.br). **Semead**, 2015. ISSN 2. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf>>. Acesso em: 23 Março 2015.
- LOLLINI, P. **Didática e coputador. Quando e como a informática na escola**. São Paulo: Loyola, v. 1, 1991.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 2011.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História. **Ministéri da Educação**, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=1175](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1175)>. Acesso em: 26 Abril 2015.

MOGENDORFF, J. R. <http://www.revistas.unisinos.br/>. **Frente e Verso: Revista de comunicação**, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2012.26.63.05>>. Acesso em: 01 JUNHO 2015.

OLIVEIRA, M. J. D. **Comunicação, tecnologia educativa e educação à distância em José Manuel Moran**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, p. 115. 2013.

OLIVEIRA, T. I. A. D. **Formação Profissional: O lugar do estagio curricular obrigatório na modalidade de educação à distância em Serviço Social**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, p. 110. 2012.

PEREIRA, E. W.; MORAES, R. D. A. A educação à distancia e os desafios na formação de professores no Brasil: Breves apontamentos. **Educação Superior a Distância: Comunidade de trabalho e aprendizagem em rede**, Brasília, 10 Agosto 2009. 212.

RICCI, R. O perfil do educador para o século XXI: de boi coice a boi de cambão. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 66, Abril 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3 Edição. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, M. L.; NEVES, N. P. **Cultivando a Pesquisa: Reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas**. Franca: UNESP, 1998.

SISTEMA DE REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. **eMEC**, 2015. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 Abril 2015.

TELLAROLI, T. M.; ALBINO, J. P. DIVERSITAS: Nucleo de estudos diversidades, intolerâncias e conflitos. **http://diversitas.fflch.usp.br/**, 2015. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 31 Maio 2015.

VASCONCELLOS, L.; GUEDES, L. F. A. E-Surveys: Vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via internet no contexto da pesquisa científica. **www.ead.fea.usp.br**, 2015. Disponível em: <[www.ead.fea.usp.br/semec/10semec/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semec/10semec/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf)>. Acesso em: 23 Março 2015.

VASCONCELLOS, L.; GUEDES, L. F. A. Universidade de São Paulo. **www.ead.fea.usp.br**, 2015. Disponível em:

<[www.ead.fea.usp.br/semec/10semec/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semec/10semec/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf)>. Acesso em: 23 Março 2015.

WWW.PLANALTO.GOV.BR. **Paáacio do Planalto Presidência da Republica**, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 24 Abril 2015.

ZANIBONI, M. EaD e Tecnologia Educacional em educação não formal. **EaD e Tecnologia Educacional em educação não formal**, 2015. Disponível em: <<http://eadnaoformal.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 Maio 2015.